

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA – BACHARELADO

**O PROCESSO DE INTRODUÇÃO DOS ESTUDOS
DE GÊNERO NO BRASIL**

ILZE ZIRBEL

BLUMENAU
2004

ILZE ZIRBEL

**O PROCESSO DE INTRODUÇÃO DOS ESTUDOS
DE GÊNERO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Regional de Blumenau, Centro
de Ciências Humanas e da Comunicação
– para obtenção dos créditos na disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
História — Bacharelado.

Professor-Orientador - André Voigt

**BLUMENAU
2004**

**O PROCESSO DE INTRODUÇÃO DO CONCEITO
DE GÊNERO NO BRASIL**

Por

ILZE ZIRBEL

Monografia apresentada para a Obtenção do
título de Bacharel em História, pela
Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Presidente: Prof. André Voigt, MSc – Orientador, FURB

Membro: Prof. Celso Kraemer, MSc, FURB

Membro: Prof^a Cristina Ferreira, Msc, FURB

Blumenau, 17de junho de 2004

Creio que prestamos um desserviço à memória dessas lutas (sociais)
quando apenas mencionamos o que elas deixaram de alcançar
e nos esquecemos do que elas efetivamente alcançaram.
E prestamos um grande desserviço a nós mesmos
porque esta é a nossa história.
(Aijaz Ahmad)

AGRADECIMENTOS

À estas mulheres maravilhosas e corajosas que, mediante muito esforço e luta, modificaram estruturas e preconceitos mundo à fora, possibilitando que gerações mais jovens, como a minha, pudessem ter melhores condições de vida e de trabalho.

Ao meu companheiro Jomi, que, com seu senso de justiça e seu coração amável, sempre se colocou ao meu lado para os enfrentamentos cotidianos.

Aos amigos: Urda, Ricardo, Viegas, Vanessa, Daiana, Fabrício, André e Roberto, cuja existência e amizade amenizaram as dificuldades sentidas ao longo do curso de História e que o fizeram valer a pena.

Não por último, ao Professor André Voigt, pela paciência e pelas valiosas e sábias contribuições nesta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho aborda questões relativas ao surgimento dos Estudos de Gênero no Brasil, pontuando o contexto em que esse processo se dá e a forma como ele se difundiu pelas principais universidades e centros de pesquisa do país. Sempre que possível, buscou-se traçar um paralelo entre o Movimento de Mulheres no Brasil e o trabalho efetuado por pesquisadoras feministas (ou não) dentro da academia. A pesquisa centrou-se nas publicações efetuadas ao longo das décadas de 1980 e 1990 e em alguns depoimentos obtidos de periódicos de publicação nacional. De igual forma, o trabalho apresenta ainda algumas reflexões em torno das vantagens e desvantagens em se utilizar este novo conceito dentro dos grupos ligados aos Estudos das Mulheres e/ou Estudos Feministas.

Palavras-chaves: Movimento de Mulheres; Feminismo; História das Mulheres; Gênero.

SUMÁRIO

1.Introdução.....	1
2.Da Nova História Cultural à História das Mulheres.....	4
3.Relativizando o “humano universal”: a sociabilização dos sexos.....	12
4.O Movimento de Mulheres no Brasil.....	19
5.Começando a falar em “Gênero” no Brasil.....	27
5.1 Criando uma extensa rede: O papel das pesquisadoras e seus espaços de apoio.....	30
6.O uso de um novo termo para velhas questões: os motivos e dificuldades por trás do conceito de gênero.....	39
7.Conclusão.....	45
Anexo 1: Os Cadernos de Pesquisa e os Estudos de Gênero e/ou da mulher...	48
Anexo 2: Banco de Dados de publicações brasileiras que se utilizaram do termo Gênero (1984-94).....	55
Referências Bibliográficas.....	61

1. Introdução

Dentre as grandes transformações ocorridas durante o século XX encontramos aquelas concernentes à condição da mulher ocidental. Inicialmente confinadas ao espaço doméstico, sob a tutela do pai ou do marido, consideradas inaptas para as questões de ordem “pública”, sem direito a estudo, voto, profissão ou remuneração, as mulheres passaram a se manifestar em praticamente todos os setores da sociedade. Grande parte dessas mudanças se deve ao que ficou conhecido como Movimento Feminista.

Da mesma forma que a sociedade foi se modificando e se adaptando às novas realidades, também as teorias e os métodos de interpretação feministas modificaram-se com o passar do tempo. No “mundo acadêmico” novos objetos de estudo passaram a ser focalizados e conteúdos foram revisados. No campo da literatura, surgiram os “Estudos Culturais” (*Cultural Studies*). A História passou a incluir as mulheres em suas análises, psicanalistas feministas se dedicaram a reformular as teorias de Freud (e outros), feministas socialistas se “debruçaram” sobre Marx, etc.

Alguns países passaram a ter em suas universidades não apenas cursos ou disciplinas específicas destinadas ao estudo das mulheres mas grandes áreas temáticas (como os *Women's Studies* estadunidenses) e mesmo cursos de graduação e pós-graduação. Como consequência, novas “ferramentas” de análise foram utilizadas.

Também no Brasil estas transformações foram sentidas, e uma série de pesquisadoras e pesquisadores têm se dedicado às “questões das mulheres” e à introdução de conceitos e métodos de pesquisa oriundos da Teoria Feminista. Um desses conceitos, largamente difundido no país desde o final da década de 1980 e que vem crescendo vertiginosamente em campos como a Antropologia, Sociologia, Ciências Humanas,

Psicologia e História, é o conceito de Gênero.

O presente trabalho tem por objetivo procurar compreender parte do processo que introduziu o conceito de gênero Brasil e que fez dele uma espécie de “nova moda” em alguns ambientes universitários e centros de pesquisa. A idéia se fez acompanhar de uma série de perguntas, tais como: Em que momento específico o termo/conceito “entra em cena”? Quais foram as “condições de possibilidade” existentes para que o termo fosse aceito? Como ele se difundiu? Qual o contexto geral do Movimento de Mulheres e Feminista? Há críticas ao conceito e quais são?

Na busca de introduzir estas questões no campo da História, o primeiro capítulo aborda algumas das modificações ocorridas nesta disciplina durante as últimas décadas e que acabaram abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo e novas áreas de trabalho (como a História das Mulheres). De igual forma, traça-se um paralelo entre estas transformações e aquelas ocorridas na sociedade como decorrência do movimento feminista e que acabaram por criar dentro das universidades espaços dedicados aos “Estudos das Mulheres”.

O segundo capítulo aborda questões mais teóricas, ligadas principalmente ao campo dos Estudos Feministas e que possibilitaram o surgimento da categoria Gênero como uma nova categoria de análise dentro das Ciências Humanas (mediante a relativização do “humano universal” e da teoria de “sociabilização dos sexos”).

Trazendo a questão para o contexto brasileiro, o terceiro capítulo apresenta, em traços gerais, a caminhada do Movimento de Mulheres no Brasil, desde a reorganização de grupos feministas, em meados da década de 1960, até a expansão dos grupos dedicados à pesquisa especializada dentro das universidades e demais centros de pesquisa.

A chegada do conceito de Gênero na academia é abordada no capítulo seguinte, mediante o “rastreamento” das primeiras publicações brasileiras sobre o assunto. Nesta parte do trabalho também é abordado o papel das pesquisadoras, bem como o das redes de apoio por elas tecidas, no processo de introdução deste conceito no país.

Para finalizar, são discutidas no quinto capítulo algumas das questões que podem ter “facilitado” a aceitação e a introdução do conceito de gênero dentro dos “Estudos da Mulher” no país. De igual forma, este capítulo busca apontar algumas das principais críticas que vêm sendo direcionadas à área dos Estudos de Gênero no Brasil nos últimos anos.

2. Da Nova História Cultural à História das Mulheres

O Trabalho aqui proposto enquadra-se dentro do que atualmente se conhece por História das Mulheres, área originalmente atrelada à História Cultural que, por sua vez, é vista como uma das herdeiras da História das Mentalidades. Tanto a História Cultural como a História das Mentalidades encontram-se ligadas ao que se convencionou chamar de Nova História.

A Nova História deve sua origem à revista e ao movimento dos *Annales*, surgido na França da década de 1920 e tendo em Marc Bloch e Lucien Febvre seus maiores representantes. Em contraposição à História tradicional, de cunho factualista, centrada no estudo dos Estados e seus “grandes personagens”, suas guerras e estratégias diplomáticas, a Escola dos *Annales* propunha uma história-problema preocupada com a *sociedade global e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação* (VAINFAS, 1997, p.148).

Inicialmente, a Escola dos *Annales* passou a fazer estudos e reflexões com características econômico-sociais (década de 1930) sendo posteriormente influenciada pelo estruturalismo (da antropologia estrutural de Lévi Strauss) e por abordagens marxistas da história (décadas de 1950 e 1960). Durante este período *formulava-se, como problema central, os modos de constituição dos atores históricos coletivos, “as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais” e suas relações* (CASTRO, 1997).

Com o passar do tempo, novas questões e novos campos foram se abrindo dando origem a novas áreas de pesquisa, com metodologias e interpretações históricas próprias (como foi o caso da História Demográfica e da História das Mentalidades). A própria história

econômico-social que vinha sendo feita acabou por se especializar, dando origem a duas áreas específicas: a História Social e a História Econômica.

Juntamente com a História Social desenvolveu-se, ligada à escola dos *Annales*, o que ficou conhecido como História das Mentalidades. Dedicada ao estudo dos sentimentos, crenças e costumes de cada época, a História das Mentalidades acabou sendo bastante valorizada mediante as transformações ocorridas durante a década de 1960 no mundo ocidental (a Revolução Sexual, o Socialismo Soviético, a Primavera de Praga, etc.).

Assuntos ligados ao cotidiano e às representações (religiosidade, sexualidade, comportamentos, etc.) passaram a ser cada vez mais abordados em detrimento das explicações “globalizantes”. A idéia de “longa duração” ganhava cada vez mais espaço e a mentalidade passava a ser compreendida como algo que se modifica muito lentamente dentro de uma sociedade¹.

Inúmeras foram as críticas e os dilemas suscitados dentro do *aparato conceitual das mentalidades*, como bem o exemplifica Ronaldo Vainfas:

Em primeiro lugar, o dilema entre, de um lado, reconhecer uma relativa autonomia das mentalidades (sua irredutibilidade ao econômico, quer como reflexo, quer como nível determinado pela base material da sociedade) e a necessidade de articulá-las a totalidades históricas explicativas. Em segundo lugar, o dilema entre a perspectiva da longa duração e o risco de fossilizar a história, tornar imperceptíveis as mudanças, apegar-se enfim às frialdades que ocorrem em todas as sociedades. Em terceiro lugar, o dilema entre resgatar o lado humano e até individual da história (sentimentos, desejos, fobias), objetivo eivado de motivações psychologizantes (embora legítimas), e o dever de explicar o sentido coletivo e global da história, as razões sociais de processos historicamente determinados. (VAINFAS, 1997, p.141)

Os embates ocorridos no interior (e fora) da História das Mentalidades levaram inúmeros historiadores e historiadoras para outros campos, dentre eles o da História Cultural que, a partir da década de 1980, herdou alguns dos temas e das “problemáticas” das mentalidades.

Contrapondo-se a uma História da Cultura, que se dedicava ao estudo das manifestações culturais de determinadas sociedades, a Nova História Cultural acabou se

1 Ver: LE GOFF, 1976, pp.68-83.

configurando como uma história “plural”, com *especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular* possuindo a preocupação de *resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social* (VAINFAS, 1997, p.149).

Na sua preocupação com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais (operários, camponeses, escravos, etc.), a História Cultural passou a discutir questões relativas ao universo das mulheres, alçando-as à *condição de objeto e sujeito da história* (SOIHET, 1997, p.275). Surgia gradativamente a História das Mulheres como uma “sub-área” da História.

Ao lado destes acontecimentos, a emergência de uma “História das Mulheres” também pode ser compreendida como resultante das transformações ocorridas dentro da sociedade ocidental, oriundas das mobilizações feministas do final do século XIX e século XX, principalmente ao que tange à Segunda Onda do Movimento Feminista mundial (meados da década de 1960).

A primeira grande manifestação de um Movimento Feminista no mundo² se deu em fins do século XIX e início do século XX, em torno da luta pelo sufrágio feminino. Inúmeras campanhas foram organizadas em países da Europa e da América (com passeatas, atos públicos, abaixo-assinados, etc.) buscando uma maior mobilização pública e o apoio de parlamentares e partidos políticos em prol da luta pelo sufrágio³.

A grande maioria das mulheres envolvidas com esta forma de feminismo (identificado hoje como um Feminismo Liberal)⁴ eram oriundas da burguesia, em sua grande maioria eram mulheres cultas de famílias de políticos/ricos e com tempo livre para se dedicar à causa do sufrágio. O ideal de sociedade que se almejava era aquele baseado no

2 Também conhecida como a “Primeira onda” do Movimento Feminista.

3 Alguns autores chegam a afirmar que as mobilizações femininas em prol do sufrágio foram responsáveis pela maior mobilização de “massas” do século passado, tendo conseguido reunir no auge das suas manifestações mais de dois milhões de mulheres. Só nos Estados Unidos, três gerações de mulheres se envolveram nesta luta (desde a convenção de Sêneca Falls em 1848 até a conquista do voto em 1920). Na Inglaterra, a questão se arrastou por seis décadas (desde o ano de 1865 onde se criou o primeiro projeto lei para o sufrágio feminino, até o ano de 1928, quando se obteve o direito de voto para as mulheres). No Brasil, a luta estendeu-se por quarenta anos (a contar da Constituinte de 1891 até a regulamentação da lei do voto feminino em 1932). Para maiores informações ver: ALVES; PITANGUY, 1985. p.44.

4 Grande parte das definições apresentadas nesta parte do projeto estão baseadas no livro de NYE, 1995. Para ver um pouco mais sobre este “tipo” de feminismo, ver: SAFIOTTI, 1987, pp.107.

ideário de igualdade e liberdade herdados da Revolução Francesa. Acreditava-se ser a via “democrática” (mediante o uso do voto), a via “correta” e prática para a correção das injustiças sociais.

Ainda que o feminismo liberal tenha aberto as portas para o mundo político, as escolas e o campo do trabalho, uma série de questões relativas ao mundo doméstico e familiar ficaram sem serem questionadas (a autoridade do homem sobre a mulher, a situação da mulher no lar, etc.). De igual forma, o modelo de ser humano a ser almejado continuou sendo o do “legislador, macho, branco, burguês”.

Do Feminismo Liberal das *sufrajetes*, passou-se à elaboração de um Feminismo de cunho mais socialista que passava ao questionamento da sociedade ocidental como um todo⁵. A conquista do voto não havia ampliado significativamente os direitos das mulheres e o marxismo aparecia como alternativa aos ideais democráticos (que já eram encarados como fracassados: não havia igualdade real entre as pessoas em campo nenhum da sociedade e os problemas sociais se agudizavam).

Nesta nova forma de reflexão com base mais marxista, a sujeição das mulheres passou a ser compreendida como um fenômeno social e não um fato “natural e irrevogável”. A desvantagem feminina no campo do trabalho passou a ser denunciada e a moral sexual existente passou a ser compreendida como o resultado de fatores econômicos⁶. Além disso, passou-se a discutir os direitos e deveres de homens e mulheres na escolha livre de parceiros/as e a possibilidade de ambos terem acesso ao divórcio (e não apenas os homens)⁷.

5 E que atendia, de certa forma, às necessidades de outros grupos de mulheres, principalmente as trabalhadoras (grupo bastante oposto em relação às burguesas liberais). Safiotti chama este “tipo” de feminismo de “Marxista dogmático” e identifica as reflexões mais contemporâneas sobre o marxismo e as questões de classe como sendo de cunho Feminista Socialista (cujas principais expoentes foram Alexandra Kolontai, Clara Zetkin, etc.). Ver: SAFFIOTTI, 1987, pp. 107; SARDENBERG; COSTA, 1994, pp. 89Ss; ROWBOTHAM, 1981; BAIRROS, 1995; ALAMBERT, 1986.

6 Segundo a elaboração teórica feita por Friedrich Engels em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* a própria constituição da família se dava para garantir a passagem da propriedade privada de um homem para seu descendente legítimo (mediante o controle da sexualidade e da vida das mulheres).

7 Para este ponto foi essencial a discussão elaborada pelo social-democrata alemão Auguste Bebel, autor da obra *Women under socialism*.

No entanto, as dificuldades oriundas da experiência russa (o retrocesso nas reformas iniciadas em prol das mulheres, o fechamento dos centros infantis, a volta do aborto à condição de ilegalidade, o aumento da moralidade, o afastamento das mulheres de postos de comando, a dissolução do organismo de mulheres do partido, etc.) levaram ao abandono, por parte de algumas teóricas, dos ideais de um Feminismo Socialista⁸.

Paralelamente às discussões elaboradas junto aos grupos de orientação mais socialista, surgia nos Estados Unidos com a operária anarquista russa Emma Goldman um feminismo com características Anarquistas. Além de denunciar questões relativas à opressão das mulheres no campo do trabalho, Emma passou a apontar a religião, a família e a guerra como principais fontes da escravidão feminina. Para ela, o casamento não passava de um contrato de compra de mulheres (que obrigava a mulher a trocar de nome, perder a privacidade, a liberdade, etc.) e de uma “legalização da prostituição”.

A desilusão com o socialismo, e o impacto deste fenômeno sobre os intelectuais europeus das décadas de 30 e 40, acabou contribuindo para o surgimento de um outro tipo de feminismo, o Feminismo Existencialista de Simone de Beauvoir.

Provavelmente o mais conhecido livro de cunho feminista no mundo, o *Segundo Sexo* (escrito durante a década de 1940) dedica-se ao estudo aprofundado do desenvolvimento psicológico da mulher e dos condicionamentos sofridos durante a sua socialização (que a tornam alienada de si mesma). Para a autora do livro, a questão humana básica não é “o que comer” mas “o que ser”. Os seres humanos não teriam uma “essência” mas se construiriam uns/umas em relação aos/às outros/as e, nessa condição, as mulheres teriam sido relegadas à situação de “segundo sexo” (seriam “o outro” em relação aos homens, que se auto definem e definem o lugar das mulheres).

A cultura é descrita como a causadora das desigualdades sexuais e produtora de condicionamentos (presentes nos argumentos utilizados pela biologia, pela psicanálise, pelo materialismo histórico, pela educação escolar, pela história, etc.). Além disso, a maternidade e o casamento são descritos como uma espécie de prisão que contribui para a

⁸ Ainda assim, esta é uma das correntes que se mantém bastante ativa em várias partes do mundo.

inaptidão das mulheres às questões sociais⁹. Para superar a situação de inferioridade em que se encontra, só restaria à mulher rebelar-se (rejeitando a passividade, o casamento e a maternidade, podendo assim ter uma profissão e um “mundo próprio” tal qual os homens) e se afirmar contra seus opressores.

Durante a década de 1960, o mundo ocidental entrou em um novo momento, marcado por uma série de movimentos de contestação e um grande número de mulheres passa a questionar as raízes culturais da desigualdade entre sexos, dedicando-se a um estudo cada vez mais sistemático das diversas manifestações da cultura. A política, o sistema jurídico, a religião, a vida intelectual e artística passaram a ser apontados como construções de uma cultura predominantemente masculina (ALVES, 1980). Além disso, o surgimento da pílula e a possibilidade de se atrelar a sexualidade ao prazer (e não mais à procriação) trouxeram novas discussões e possibilidades para o universo das mulheres.

Neste contexto de *efervescência social e política, de contestação e de transformação* (LOURO, 1997, p.16), uma nova “onda” feminista começa a surgir (a chamada Segunda onda do Movimento Feminista), preocupada não apenas com as questões sociais e políticas, mas também com a elaboração de construções teóricas, *expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas* (LOURO, 1997, p.16).

Conhecido pela “queima de *soutiens*” em praça pública, *com a real intenção de chamar a atenção para o sistema de dominação a que as mulheres são submetidas* (PRÀ, 1997, p, 51), estas novas feministas começam a denunciar um *mal que não tem nome*¹⁰, o caráter político da vida pessoal de cada indivíduo e a existência de um “discurso educador” para as mulheres, mediante o uso de instituições de socialização (família, religião, leis,

9 Para Simone de Beauvoir, toda as vezes que uma mulher entra em período de gestação ela se vê obrigada a se afastar do mundo do trabalho para retornar ao mesmo posteriormente, já defasada. Ver: BEAUVOIR, 1980.

10 Traduzido por uma constante e indefinida frustração sentida pelas mulheres de classe média daquele país (identificadas como “as rainhas do lar”). Cf.: FRIEDAN, Betty. A mística feminina, 1963.

costumes, etc.)¹¹. Fortemente marcado pelas modificações da época e sob a herança do pensamento de Simone de Beauvoir, este feminismo é identificado como sendo um Feminismo mais Radical.

Mediante as reflexões das feministas radicais, o mundo passou a ser compreendido pela dicotomia mulheres/escravas x homens/opressores, e o conceito de “patriarcado” (entendido como uma estrutura de dominação, hierárquica, onde o homem se encontra no topo e domina outros homens, a família e as demais mulheres da sociedade) passou a ser visto como algo universal, presente em todos os sistemas políticos e econômicos. O sexismo dataria desde o início da história humana como uma atitude de dominação dos homens e os estupros, a pornografia, a prostituição, o casamento e a heterossexualidade obrigatória seriam as principais formas de intimidação e imposição do poder masculino sobre as mulheres. De igual forma, é dentre esse grupo que surgem as primeiras idéias de “separação dos sexos”, ou de uma sociedade só de mulheres¹².

Neste momento, *militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política* (LOBO, 1997, p. 16). Surgem assim, principalmente nos Estados Unidos, os chamados Estudos da Mulher (*Women's Studies*) que, em poucos anos, acabaram se espalhando por uma série de outros países.

Sistematicamente os campos da pesquisa científica passaram a ser afetados pelas transformações ocasionadas pelo pensamento feminista. *Objetividade e neutralidade,*

11 Para esta discussão contribuiu significativamente a obra intitulada *Política sexual* de Kate Millet que se dedicou a fazer uma análise política das relações entre os sexos. O livro ficou durante vários meses entre os cinco livros mais vendidos nos EUA.

12 O afastamento da sociedade “dos homens” seria a única possibilidade para um “mundo livre”. Dentre as radicais também se desenvolveram teorias que defendiam o lesbianismo como o único caminho possível para a existência de relacionamentos sexuais-afetivos que não fossem perpassados por relações de poder. Algumas representantes desse pensamento: Andrea Dworkin, Catherine McKinnon, Germaine Greer (*Female Eunuch*), Adrienne Rich (*Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, defende a idéia de que os machos forçam as mulheres à heterossexualidade porque estas não os querem naturalmente e porque estes querem se perpetuar através dos filhos das mulheres), Mary Daly (*Gyn/Ecology*, aborda o patriarcado como sendo onipotente, universal e “esmagando” as mulheres em todas as partes e em todos os tempos históricos).

distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos (LOBO, 1997, p.16).

As mulheres tornaram-se assim, gradativamente, um “grupo identificável”, trazendo para o seio das Ciências Humanas e para o campo da História uma demanda cada vez maior de informações sobre o mundo e as lutas das mulheres. Como resultado, as pesquisas multiplicaram-se, tornando a História das Mulheres *um campo relativamente reconhecido em nível institucional* (SOIHET, 1997, p.276).

Segundo Michelle Perrot, as primeiras pesquisas realizadas neste campo ocupavam-se com os fundamentos da opressão e da dominação, dando ênfase a um tipo de “história da desgraça feminina” (trazendo à tona a história de mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas) (PERROT, 1988). Deste tipo de “história miserabilista” passou-se às pesquisas que procuravam dar visibilidade a uma mulher mais “ativa” (guerreira, rebelde, heroína, astuta, etc.) e à busca por uma “cultura feminina” específica, separada daquela dos homens (PERROT, 1984, p.72).

Uma espécie de “gueto” estava sendo criado em torno dos estudos da mulher. Considerando-se a mesma como *uma categoria social fixa, separada da categoria homem* (PEDRO, 1994. p.38), desta forma a História das Mulheres foi adquirindo legitimidade na academia. Nas palavras de Joana Maria Pedro: *à medida que afirmava a natureza e a experiência separada das mulheres, assegurava-lhes um lugar* (PEDRO, 1994. p.38).

3. **Relativizando o “humano universal”:** a **sociabilização dos sexos**

Com a introdução de “novas formas de olhar” a História e os questionamentos trazidos pelas novas pesquisadoras, mudanças passaram a ser sentidas no “território historiográfico”. *A solicitação de que a história fosse suplementada com informações sobre as mulheres equivalia a afirmar o caráter incompleto daquela disciplina, bem como o domínio parcial que os historiadores tinham do passado* (SOIHET, 1997, p.56).

As periodizações tradicionais não funcionavam para a história das mulheres, a vida privada era descrita como tendo dimensões públicas e o “sujeito humano universal”, pressuposto básico de várias correntes historiográficas, acabou sendo abertamente questionado.

Nas palavras de Rachel Soihet:

a emergência da história das mulheres teve papel fundamental na desmitificação das correntes historiográficas herdeiras do iluminismo que se acreditavam informadas pela verdade e pela imparcialidade de seus profissionais, os quais eliminavam as mulheres das considerações dessa disciplina (...), sujeito humano universal, verdade, razão, esquemas globalizantes, deixavam de se constituir em axiomas, em favor da historicidade e da transitoriedade do conhecimento dos valores culturais em processo de transformação no tempo.” (SOIHET, 1997, p.57-8)

Paralelamente, novos estudos e teorias passavam a problematizar e a superar a dicotomia existente entre “vitimização” e “heroísmo” para a História das Mulheres. Neste aspecto, os estudos de Michel Foucault acabaram contribuindo efetivamente, afetando não apenas as discussões no campo da história, como de outras disciplinas que se dedicavam ao “estudo das mulheres” (como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, as Ciências Humanas, a Filosofia, etc.).

Foucault se dedicou, dentre outras coisas, a estudar os mecanismos de poder existentes na sociedade¹³. Antes dele, a discussão sobre o poder centrava-se na polaridade “poder/não poder” e era compreendida como sendo privilégio de um grupo (instituição, estrutura) que o exercia sobre outro grupo (ou grupos). A partir de Foucault, essa discussão torna-se mais complexa e o poder passa a ser compreendido como “uma rede de relações” sempre tensa e sempre em atividade, havendo *procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social* (FOUCAULT, 1993, p. 8). Para ele, *as relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso* (FOUCAULT, 1993, p179). Ainda segundo Foucault,

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns de outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1993, p.12)

Outro aspecto importante da teoria de Foucault diz respeito à Resistência. Na sua concepção, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir (LOURO, 1997, p.39), o que torna a polaridade fixa impossível ao seu raciocínio e abre margem à “manobras” de ambos os lados (para resistir, contestar, aceitar, transformar, etc.). Nas suas palavras: lá onde há poder, há resistência e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (FOUCAULT, 1988, p.91).

As concepções “foucaultianas” de poder e resistência não foram inicialmente aceitas pelo movimento feminista de fins da década de 1970, que se dedicava a evidenciar a “dominação masculina”. De igual forma, suas teorias não se adaptavam às concepções feministas de cunho socialista (que ainda vigoravam e se debruçavam sobre as teorias

¹³ De uma maneira geral, os mecanismos de poder nunca foram muito estudados na história. Estudaram-se as pessoas que detiveram o poder. FOUCAULT, 1993, p.141.

marxistas da história). No entanto, Foucault acabou encontrando eco entre as feministas lésbicas que, no início dos anos 80, militavam junto aos grupos homossexuais estadunidenses que se utilizavam da sua “lógica de resistência” contra os discursos do poder médico na luta contra a AIDS (FASSIN, 2000).

Se as teorias de Michel Foucault demoraram um pouco para serem aceitas em algumas áreas da pesquisa feminista, no campo da História suas obras acabaram contribuindo significativamente para uma nova forma de trabalhar a historiografia e a história das mulheres. A verificação do processo de produção dos discursos passou a ser utilizada por historiadores/as e algumas feministas (do campo da história e da antropologia) para discutir a “produção dos sujeitos”¹⁴ e o controle dos/as mesmos/as.

Além das contribuições advindas da obra de Michel Foucault, novas discussões eram travadas no seio do movimento feminista. De uma postura inicial *em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se afirmou a certeza na existência de múltiplas identidades* (FASSIN, 2000, p.57).

A existência de diferenças entre este “universo” identificado como “mulheres” foi apontada, num primeiro momento, pelas feministas negras¹⁵ estadunidenses, que apontavam para a ausência de reivindicações que lhes dissessem respeito dentro do Movimento Feminista. De igual forma, as feministas lésbicas passaram a questionar algumas das teorias e posturas feministas que deixavam a entender uma “heterossexualidade universal”. Gradativamente, *os debates tornaram-se ainda mais complexos, acentuando a diversidade de histórias, de experiências e de reivindicações das muitas (e diferentes) mulheres* (LOURO, 1997, p.45).

No caso das diferenças existentes entre os sexos (que eram utilizadas como base para a elaboração de uma série de teorias “hierarquizantes” e discriminatórias), passou-se a perguntar sobre *quem* definia as diferenças, o que elas significavam e quem acabava sendo

14 O poder não teria apenas aspectos “negativos” e “coercitivos” mas “produtivos” e “positivos”, produzindo discursos, posturas, sujeitos, comportamentos, etc.

15 Para ver algumas questões tratadas pelas feministas negras: BAIRROS, 1995, p.462.

denominado como “diferente” (e do que) (LOURO, 1997, p.46)¹⁶. Algumas teóricas passaram a trabalhar com a questão, tentando evitar a polaridade “diferença – igualdade” (como negativo – positivo)¹⁷ e afirmando o caráter positivo da diferença. Nas palavras de Luce Irigaray:

é afirmando a diferença que a mulher pode libertar-se da dominação sobre ela de uma cultura no masculino. Para cultivar esta diferença, deve definir as mediações próprias a seu gênero: em nível da linguagem, do direito, da religião, da genealogia, etc. Após haver conquistado uma subjetividade livre e autônoma, a mulher deve aprender a entrar em relação com o homem como outro, um outro diferente, mas não hierarquicamente superior ou inferior (2003).

Ainda segundo Irigaray, a idéia de alinhar todas as pessoas (principalmente as mulheres) a um único modelo humano “universal” teria sido por anos a proposta da filosofia tradicional. Para ela, este tipo de modelo reduziria a humanidade à condição de “cópia” de um único modelo (de um tipo de homem, branco, burguês, ocidental).

O amadurecimento de algumas questões feministas, as teorias “foucaultianas” e as “aberturas” que vinham sendo efetuadas no campo da História acabaram criando uma espécie de “ambiente propício” para uma série de mudanças. Nas palavras de Margareth Rago:

Crítica do essencialismo, desnaturalizações progressivas, busca de experiências cotidianas, análise dos micro- poderes, dos modos de sujeição e de subjetivação; a História mudou radicalmente seus rumos, deu vazão a novas inquietações temáticas, ampliou seus espaços e formas de problematização, renovou os procedimentos metodológicos (RAGO, 2000. p.42).

Houve, tanto no feminismo como na História, um “deslocamento de foco”: a ênfase passava a deixar de ser dada por sobre os sujeitos para passar a enfatizar “as relações entre os sujeitos”, apontando-se para a dimensão relacional e culturalmente construída das diferenças humanas. Estava aberto o caminho para o surgimento de uma nova categoria de análise: o Gênero.

16 Sobre o “Feminismo da Diferença”, ver: YANNOULAS, 1994. Neste material, a autora aborda as principais correntes de interpretação teórica das diferenças entre os sexos existentes nas Ciências Humanas. Ver também: OLIVEIRA, 1991.

17 Muitas vezes se colocava para as mulheres que se devia escolher entre ambicionar a igualdade ou em afirmar a sua diferença em relação aos homens.

Este novo conceito surge à partir de uma perspectiva de desconstrução das idéias naturalizadas do que é ser um homem e/ou ser uma mulher. A primeira teórica a se utilizar deste termo, já no final da década de 1970, foi a antropóloga estadunidense Gayle Rubin¹⁸ em seu estudo sobre o “sistema de domesticação das mulheres”¹⁹. Neste texto, a autora afirma haver em todas as culturas humanas *um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional* (RUBIN, 1993, p.5). A este processo ela deu o nome de “sistema de sexo/gênero”.

Para Rubin, o novo conceito permitia descrever a organização social da sexualidade, apontando para o fato de que *sexo é sexo, mas o que se considera sexo é determinado e obtido culturalmente* (RUBIN, 1993, p.5). De igual forma, a categoria “sexo/gênero” apontaria para a existência de uma série de processos ligados ao sistema sexual que implicariam na formação das identidades dos/as indivíduos (Identidades de Gênero), transformando machos e fêmeas em “homens” e “mulheres” com características distintas e claramente definidas.

Ainda que a forma de interpretação e apresentação desse sistema tenha merecido algumas críticas pela sua ênfase nas características biológicas e seu pensamento dicotômico²⁰, tal concepção apontou mais uma vez para o caráter “histórico”, formativo (e portanto mutável) das atribuições sociais, criando uma nomenclatura específica para o fenômeno. Para os/as historiadores/as das Mulheres, o novo conceito permitia alargar o foco das práticas sociais e se aproximava das concepções que estavam sendo elaboradas pela História Cultural²¹. Evidenciar a presença das mulheres em determinados períodos ou

18 Em seu artigo *The traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*. O texto foi traduzido para o português no ano de 1993 pelo grupo SOS – Corpo, de Recife, sob o título: *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”*.

19 Segundo esta autora, Sigmund Freud e Claude Lévi-Strauss teriam, ainda que não concordassem com a denominação dada por ela, evidenciado este sistema e fornecido instrumentos conceituais com os quais seria possível *construir descrições da parte da vida social que é o locus da opressão das mulheres, das minorias sexuais e de determinados aspectos da personalidade humana nos indivíduos*. Ver: RUBIN, 1993, p.2.

20 Ver: SAFIOTTI, 1992.

21 Que colocava em evidência a *necessidade de se pensar o campo das interpretações culturais, a construção dos inúmeros significados sociais e culturais pelos agentes históricos, as práticas da representação*. RAGO, 1998.

ênfatar-lhes o caráter (heróico, subversivo, vitimizado, etc.) não era mais suficiente, era preciso passar a perceber a forma como os gêneros são percebidos, produzidos, estabelecidos e legitimados em cada época.

Trabalhando sobre esta questão, a feminista e historiadora estadunidense Joan Scott acabou escrevendo no ano de 1986 o texto intitulado: *Gender: a useful category of historical analysis*²². Além de ênfatar as conotações sociais da categoria “Gênero” (em contraste com as conotações físicas de sexo) seu texto acentua o fato de que *homens e mulheres são definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles pode ser alcançada por um estudo separado* (SCOTT, 1990, p.5).

Scott argumenta ainda que é preciso desconstruir a idéia de “oposição binária” entre os sexos, apontando para o fato de haver nas sociedades ocidentais modernas uma tendência ao pensamento polarizado e dicotômico que concebe homens e mulheres como pólos opostos²³, havendo sempre uma invariável de “dominação-submissão” entre eles. Na sua concepção de Gênero, a própria polaridade (e a hierarquia nela implícita) é uma construção social que visa significar as relações de poder.

Observar as Relações de Gênero sob esta ótica implicaria em revisar uma série de conceitos e conteúdos no campo da história, não acrescentaria apenas novos temas, mas imporiam uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. Se até o presente momento a atenção dada às “mulheres” se dava em campos imaginados como “territórios do feminino” (família, educação, espaço privado, etc.), a partir desse ponto a discussão abriria para temas como o da guerra, da diplomacia e da alta política (tão caros aos historiadores que trabalham com o Político e o Econômico) como parte do universo das relações de gênero.

Scott acreditava que este novo conceito serviria para modificar os paradigmas da História, implicando não apenas em uma *nova história das mulheres, mas em uma nova*

22 Traduzido para o português pela primeira vez em 1990 sob o título Gênero, uma categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1990) o texto tem sido, sem dúvida nenhuma, o mais utilizado no Brasil por aquelas/les que se dedicam à temática das relações de Gênero.

23 Sua reflexão tomou por base os estudos e argumentos do filósofo francês Jacques Derrida que discute a polaridade moderna (presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia, etc.).

história (SCOTT, 1990). Para ela, *à medida que historiadoras feministas resolveram produzir um novo conhecimento, elas necessariamente questionaram a adequação, não apenas da substância da história existente, mas também de suas bases conceituais e premissas epistemológicas* (SCOTT, 1992, p.94).

A desconstrução da oposição binária entre os sexos abriria ainda a possibilidade de compreensão e inclusão de diferentes formas de “masculinidades” e de “feminilidades” presentes na humanidade e comumente apontados/as como um “desvio” do padrão pré-estabelecido como “normal”. Masculinidade e feminilidade passariam a ser encaradas como *posições de sujeito, não necessariamente restritas a machos ou fêmeas biológicos* (SCOTT, 1992, p. 89)²⁴, alargando, assim, a área de manifestação dos mesmos.

As implicações trazidas para o campo da História (e das Ciências Humanas em geral) pelo novo conceito são muitas. Guacira Lopes Louro coloca a questão nesses termos:

(...) ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se intencionalmente, contextualizar o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da “Mulher” ou do “Homem”. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia *a priori*. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p.22-3).

²⁴ Citação de Joan Scott fazendo referência ao texto produzido por Judith Butler: *Gender Trouble: Feminism and the subversion of Identity*. Nova York, 1989.

4. O Movimento de Mulheres no Brasil

Procurando trazer a questão para o contexto brasileiro, tanto as modificações ocorridas no campo da História como no campo do Feminismo foram sentidas no Brasil. Ainda que o país estivesse envolto pelas tramas da ditadura militar (que abrangeu as duas décadas de maior efervescência da Segunda Onda do Feminismo Mundial: 1960 e 1970) e que a própria disciplina de História estivesse sendo manipulada em prol desse regime, houve durante esse período a reorganização de grupos feministas e o surgimento de todo um Movimento de Mulheres em território brasileiro.

Apesar da censura imposta, muitas obras publicadas nos Estados Unidos e na Europa estavam sendo lidas por algumas estudiosas e militantes de organizações femininas/feministas²⁵. Assim como no campo das manifestações sociais, a academia era afetada pelas novas idéias e dava-se início a uma série de pesquisas sobre a “condição da mulher” na sociedade brasileira. De igual forma, as primeiras teses e monografias em torno da temática começavam a ser efetuadas²⁶. Aparentemente sem grandes efeitos sobre a sociedade brasileira, a defesa de teses era muitas vezes um acontecimento único no seio das universidades brasileiras, atraindo uma série de estudantes²⁷.

25 Como foi o caso da obra *O segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, a *Política sexual* de Kate Millet, *A condição da mulher* de Juliet Mitchell, *Mística Feminina* de Bety Friedam, etc.

26 Sendo o trabalho de investigação sobre as operárias da indústria têxtil e professoras primárias realizado no ano de 1962 pela professora Heleieth Iara Bongiovani Saffioti o primeiro deles. Além deste pode-se citar ainda a dissertação de mestrado de Manoel Tosta Berlinck: *Algumas percepções sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo* (1964 – Escola na Escola de Sociologia e Política), a tese de doutorado de Marly A. Cardone *A influência da gravidez no contrato de trabalho* (1965 - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas); a dissertação de mestrado em sociologia de Eva Altermann Blay: *Mulher, escola e profissão*. (1969), etc.

27 Como o atesta Maria A. Moraes da Silva, ex-aluna de Heleieth Saffioti em seu depoimento *o nascimento de uma obra*. Segundo a autora a reação dos/as estudantes por ocasião da defesa da tese de livre-docência de Heleieth na Faculdade de Filosofia de Araraquara no ano de 1967 foi a de disputar que durante vários dias os lugares do anfiteatro, que se encontrava sempre repleto de pessoas. SILVA, 1995.

Também no mesmo período começaram a ser publicadas as primeiras obras feministas escritas por brasileiras. No ano de 1966, a Editora Vozes publica: *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de autoria de Rose Marie Muraro, abordando as mudanças tecnológicas do século XX, bem como a necessidade das tomarem posse dessas transformações (apesar das restrições que lhes eram impostas). Três anos depois saiu o livro de Heleieth Safiotti (*Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade, 1969*) que, além de servir ao território nacional, acabou entrando no debate internacional, constituindo-se referência obrigatória para feministas e cientistas sociais brasileiras/os e anglo-saxãs/ões²⁸.

Apesar de se manter mais ou menos atento ao que acontecia em outras partes do mundo, o feminismo brasileiro apresentava especificidades (por conta das diferenças sociais e políticas que se vivia no país), vindo a se desenvolver *interligando os grupos de camadas médias e aos movimentos populares* por conta da sua *estreita ligação com as lutas democráticas em oposição ao regime militar* (SARTI, 1988. p.41).

Enquanto que na Europa eclodiam uma série de movimentos sociais de forte conotação cultural, questionando os valores da sociedade industrial (que acreditava ser suficiente para o bem-estar social ter suas necessidades básicas supridas), no Brasil ainda se lutava para garantir o acesso ao básico dos básicos. Água, luz e esgoto revelavam-se objetos fundamentais às reivindicações femininas. Nas palavras de Cynthia Sarti:

O feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina (SARTI, 1988. p.41).

O terror causado pelo regime militar sobre o campo das ações políticas no país era sentido pelas feministas que se encontravam envolvidas em “movimentos de esquerda”. Vivia-se sob o medo da “era pós-AI5”, e percebia-se a inviabilidade de trazer para o âmbito público as

28 Fazendo uma análise “dialético-marxista” a autora procurava demonstrar que a inferioridade social da mulher derivava de uma necessidade estrutural do sistema capitalista. Para avaliar o alcance dessa obra e seus efeitos, no contexto dos debates sobre a mulher das décadas de 60 e 70 ver: SORJ; SILVA, 1995.

reflexões que estavam sendo feitas. Como analisa Anette Goldenberg:

Que significado podiam assumir aqui, naquela conjuntura de terror, questões tais como considerar político o cotidiano das mulheres e tornar públicos os atos comumente considerados como pertencentes ao âmbito privado, à esfera doméstica ou enfatizar a dominação de um sexo sobre o outro, quando a politização do cotidiano era mais que transparente e pesada para todos os cidadãos, quando a própria ordem autoritária se encarregava de misturar o público e o privado, violando a intimidade dos indivíduos? (GOLDENBERG,1982).

Se o campo da ação política se encontrava fechado, no âmbito das universidades iam-se abrindo espaços para a reflexão e a criação de cursos e seminários que tratassem a temática das “mulheres”. Em 1973, ministrou-se o Curso Monográfico Família e Relações entre Sexos na graduação de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e no ano seguinte um curso semelhante foi ministrado no mestrado em Ciências Humanas²⁹.

Com as eleições parlamentares de 1974, onde ocorreu uma expressiva vitória do partido de oposição (MDB), dava-se início a um período de mudanças, ainda que parciais e limitadas. Era o início da abertura política no país. Em meio a esse processo, abre-se espaço para a reivindicação de políticas públicas e para o aprofundamento de reflexões feministas.

Neste mesmo ano, a Fundação Carlos Chagas deu início a um produtivo diálogo interdisciplinar, com a criação de um seminário de estudos sobre a mulher. Reunindo pesquisadoras da própria Fundação e especialistas convidadas/os, os seminários realizados serviram para a criação de uma série de artigos de cunho acadêmico, editados no principal veículo de publicação desta instituição: os “Cadernos de Pesquisa”³⁰.

No ano de 1975, a Organização das Nações Unidas acabou instituindo o Ano Internacional da Mulher, o que teve grande impacto sobre a realidade das mulheres no Brasil. Possuindo um instrumento *legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas* (TELES,1993, p.85) as diversas organizações de mulheres passaram a buscar espaço para se manifestar. Organizou-se durante este ano a Semana

29 O que acabou estimulando a produção das primeiras teses sobre mulher no nordeste do país. COSTA, 1994. p.389, n.r.4.

30 Que já vinha tratando do assunto desde a edição de 1971 (COSTA; BRUSCHINI, 1992. p.91).

de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, considerado o *primeiro debate público sobre o feminismo no país* (BARSTED, 1992, p.108).

Contando com cerca de cinquenta mulheres dispostas a discutir por uma semana os principais problemas enfrentados pela mulher brasileira, o encontro teve como um dos resultados a elaboração de um documento contendo uma análise sucinta da condição feminina no Brasil, bem como as questões consideradas prioritárias daquele momento em diante. Dando ênfase às mudanças na legislação do trabalho, no Código Civil (concernentes à família) e à implantação de creches para as mães trabalhadoras, o documento não fez referência às questões reprodutivas nem se utilizou da expressão “feminista”, apesar do grande contingente de mulheres identificadas com o assunto.

Duas tendências haviam ficado claras entre os diversos grupos representados na Semana de Pesquisa, uma dedicada às questões jurídicas e trabalhistas e outra que enfatizava a *questão da sexualidade, do aborto, da contracepção e a crítica à assimetria sexual na sociedade e na organização da família* (BARSTED, 1992, p.108). O encontro marcou ainda o surgimento de uma grande mobilização feminina em prol da criação de um *órgão que viabilizasse uma atuação mais permanente e articulada, com objetivos bem definidos e formas de ação coletiva, capaz de conduzir a resultados concretos* (TOSCANO, GOLDENBERG, 1992, p.35).

Criou-se assim, em setembro de 1975, a primeira organização feminista do país: o Centro da Mulher Brasileira. Com sede no Rio de Janeiro, o centro foi dirigido de forma colegiada, a fim de impedir um possível centralismo ou formas autoritárias do exercício do poder³¹. Com a finalidade de se dedicar à reflexão, à pesquisa e à análise da condição da mulher no Brasil, o Centro acabou se expandindo para outras partes do país. Vários congressos, encontros, seminários e publicações foram realizados, promovendo o

31 Fizeram parte desse primeiro colegiado: Moema Toscano, Branca Moreira Alves, Maria do Espírito santo Tavares dos Santos (Santinha), Maria Luiza Heilborn, Maria Luiza d’Aboim Inglês, Maria Emília Carvalho da Fonseca, Vera Maura Fernandes de Lima, Sandra Maria Azeredo Boshi e Berenice Fialho Moreira. (TOSCANO, GOLDENBERG, 1993, p.35).

intercâmbio entre as mulheres de diversas regiões e a expansão das questões feministas³².

Ainda neste ano, os Cadernos de Pesquisa editaram um número especial dedicado à questão da mulher (n.15). Buscando uma abordagem multidisciplinar para o assunto, os artigos analisam comportamentos, valores, concepções, e influências culturais. As indagações que norteavam as pesquisas deste caderno especial referem-se ao papel e à situação da mulher na sociedade; aos estereótipos, diferenças e papéis sexuais. Fazem parte desse número ainda uma crítica aos estudos das Ciências Humanas por sua omissão em relação às mulheres e pela produção de explicações para uma “subalteridade feminina” (COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.92).

Juntamente com a criação deste Caderno de Pesquisa especial, a Fundação Carlos Chagas, que desde 1974 já vinha incluindo em sua programação estudos sobre a mulher³³, elaborou em setembro de 1975 um *programa de pesquisas sobre o trabalho e a educação da mulher. Este programa era composto de um projeto de concurso de pesquisas aberto às pessoas de todo o país* (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p.12). De igual forma, pensava-se em uma gama de projetos a serem realizados: *uma bibliografia anotada, um centro de documentação, um curso de pesquisa, uma pesquisa sobre vieses sexuais na avaliação de redações escolares e uma pesquisa sobre mulher e ciência* (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p.12).

Além da Fundação Carlos Chagas, também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) deu ênfase à questão, organizando duas mesas-redondas sobre o tema na sua reunião em Belo Horizonte. Ambas as mesas eram constituídas por professoras universitárias, mas com conteúdos e abordagens distintas. *A reunião da manhã*

32 Acompanhando esta nova fase do Movimento de Mulheres no país, uma nova imprensa feminista ressurgiu. A nove de outubro de 1975, foi editado em Londrina (PR) o número zero do jornal *Brasil-Mulher*, que à partir do exemplar de n.2 passou a ser editado em São Paulo, por uma equipe de sete mulheres, entre elas Joana Lopes. Em junho de 76 também sairia em São Paulo o número um de *Nós-Mulheres* tendo Marisa Corrêa como jornalista responsável e uma equipe de quase trinta colaboradoras.

33 Para saber um pouco mais sobre o trabalho realizado pela Fundação Carlos Chagas e seus Programas de Dotação para Pesquisa, ver o artigo de Bruschini e Ubenhaum (2002): Os programas de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de Gênero no Brasil. Em: *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*.

era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas (COSTA, 1988, p.67), exemplificando aspectos de um conflito que viria a se tornara cada vez mais visível entre feministas e militantes que possuíam uma concepção diferenciada de espaços, o da “ciência” e o da “política”.

Apesar das diferenças existentes entre os diversos campos de pesquisa e entre as próprias feministas, a presença crescente dos estudos da mulher nas reuniões da SBPC contribuiu em muito para a expansão dos mesmos em nível institucional. De igual forma, tiveram um papel político muito importante diante da falta de espaços alternativos para a elaboração de pensamentos de oposição na década de 1970.

No final de 1975, estava criada uma rede estendida por sobre todo o território nacional, transformando a questão da mulher *em temas de debates e de discórdias político-partidárias, eleitorais e públicas* (TELES, 1993, p.89). Os anos que se seguiram foram de intensa atividade para as feministas, que se organizaram pelo país, procurando *dar o máximo de visibilidade às suas lutas contra a discriminação, a violência, e a exploração sofrida pela mulher brasileira* (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p.39).

No final da década de 1970 e início dos anos 80, a pesquisa acadêmica em torno das “questões da mulher” entrou numa fase de consolidação e expansão. Não se fazia mais necessária a argumentação em prol da legitimidade da área, passando-se a novas questões e exigências, tais como *maior rigor científico e uma elaboração teórica mais sólida* (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p.7). Criou-se ainda no Rio de Janeiro o seminário sobre “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina”, que daria origem ao Grupo de Trabalho Mulher na Força de Trabalho da ANPOCS.

Com a chegada da Anistia³⁴, várias mulheres que se encontravam exiladas retornaram ao país trazendo novas questões referentes à cidadania e à democracia. Também as questões referentes à sexualidade feminina tinham forte representação entre estas mulheres, que haviam aprendido no exterior a lutar pela integridade do seu corpo:

³⁴ Para a qual o Movimento de Mulheres no Brasil, com sua organização e pressão, foi essencial. Ver: TELES, 1993. p.82.

Nosso corpo nos Pertence foi uma afirmação anunciada por todas nos diferentes contextos, das passeatas à intimidade dos grupos de reflexão (ÁVILA, 1993, p.384).

Ainda marcadas pelo período militar e pelas constantes denúncias de violência, o final da década de 1970 a criação de uma comissão que se dedicasse a estudar a violência contra a Mulher. Através das manifestações de indignação das feministas, criaram-se instituições de atendimento às vítimas de violência. Surgiram os SOS-Mulher (grupos feministas que visavam o atendimento de mulheres vítimas de violência)³⁵ oferecendo atendimento social, psicológico e jurídico. Pela primeira vez, dava-se visibilidade às questões relacionadas com a violência doméstica.

A maioria dos grupos criados a partir da Segunda metade da década de 70 entraram nos anos 80 se debatendo em torno de questões como: continuar se dedicando às lutas gerais ou às específicas? Identificar-se como um movimento feminista? Quem é o inimigo em potencial? O que fazer com a sexualidade feminina? Apesar de conflitantes, estas questões foram essenciais para que se chegasse ao final da década com uma infinidade de grupos de mulheres espalhados por todo o país,

(...) num amplo leque de posições feministas, cujos rótulos eram por vezes reais por vezes pejorativos: havia as separatistas, as intelectuais, as pequeno-burguesas, preocupadas com sexo, as proletárias preocupadas com o casamento da luta geral com a específica, as defensoras do movimento autônomo, as 'estrangeiras' ex-exiladas influenciadas pelo movimento feminista europeu, etc. Esse universo constituindo o Movimento de Mulheres no Brasil. (SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p.348).

Constantemente marcado pelas questões político-sociais que afetavam o país, o feminismo brasileiro acabou se utilizando de elementos de reflexão externos e adaptando-o às questões internas e acabou por fomentar uma forte pesquisa no campo das Ciências Humanas (Ciências Humanas, psicologia, letras, comunicação, demografia, história, etc.), que tem culminado na criação de Núcleos de Estudos sobre a Mulher e/ou Gênero em inúmeras universidades (USP, UNICAMP, UFSC, UFRJ, IUPERJ, UFF, UFAL, UFBA). A metodologia utilizada (a interdisciplinariedade) permitiu criar uma relação *entre diferentes linhas de pesquisa, revelando conexões e sentidos velados que modificam a nossa compreensão dos mecanismos*

35 Implantados mais tarde também em São Paulo e Porto Alegre.

*e dos significados do poder na vida social e política*³⁶.

Observando a produção acadêmica desse período, é possível perceber as grandes áreas temáticas, em torno das quais se agrupavam as discussões em torno da Mulher: o trabalho (marcadas principalmente por teorias feministas socialistas), a família (pensada sob o viés do patriarcado e das teorias marxistas como espaço de exploração), a maternidade (tendo as reflexões existencialistas de Beauvoir e Badinter como base) a educação, a sexualidade (num viés do Feminismo liberal e dos discursos produzidos pelo feminismo lésbico), num primeiro momento, a saúde, a violência, políticas públicas (dentre outros) num segundo momento.

Assim como os estudos sobre a mulher foram se ampliando em diversas áreas das Ciências Humanas, a produção historiográfica sobre as mulheres também vem crescendo e assumindo características pluralistas. De igual forma, muitos dos conceitos teóricos utilizados pelo feminismo em outras partes do mundo têm sido abordados e discutidos no Brasil, acontecendo o mesmo com o conceito de Gênero.

³⁶ Como por exemplo, as relações existentes entre poder político tradicional e a violência doméstica ou entre a produção econômica e reprodução biológica.

5. Começando a falar em “Gênero” no Brasil

Embora pouco utilizada, a palavra gênero já possuía significação na língua portuguesa. Seu uso mais freqüente se dava em meio acadêmico/científico para efetuar a classificação de seres vivos (como no caso da biologia) ou para o estudo formal/gramatical da língua (onde se trabalha, por exemplo, a “concordância de gênero”)³⁷. A palavra também pode ser encontrada em formulários ou questionários que buscam o registro/classificação de pessoas mediante o sexo biológico de cada um/a.

O crescente aumento do uso do termo (e sua conseqüente resignificação) pelas Ciências Humanas parece acontecer no Brasil no final da década de 1980. Neste período surgem os primeiros trabalhos sendo apresentados em seminários e reuniões acadêmicas, as primeiras dissertações de mestrado e as primeiras publicações em revistas científicas que se utilizam da palavra gênero em seus enunciados.

Assim sendo, 1986 e 1987 marcam a publicação de dois textos apresentados originalmente nas reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Humanas (ANPOCS): *Comida, a família e a construção do gênero familiar*, do antropólogo Klaas Woortmann³⁸ e *Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio*, de Anette Goldberg³⁹.

Ainda no ano de 1987, os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (entidade que financiava, já desde 1975, cursos de dotação para pesquisa no campo dos

37 Como o observou Joan Scott (1990) *Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados.*

38 Apresentado no VIII encontro da ANPOCS, em 1984 e publicado na revista Dados, de Ciências Humanas, em 1986.

39 Apresentado em 1987, no XI encontro da Associação e publicado pelo recém criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em sua coletânea *Mulheres: da domesticidade à cidadania: estudos sobre movimentos sociais e democratização.*

“Estudos da Mulher”) publicam, *Relações de classe e de Gênero no processo de trabalho docente*, de Michael W. Apple (autor estadunidense que trabalha com pesquisa no campo da Educação) e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicam o texto de Fúlvia Rosemberg, *Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero*. Para completar o quadro, Sílvia Marina Ramos França defende sua dissertação de mestrado, intitulada *Elas por eles: os significados dos discursos da igualdade de gênero* (apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Em 1988, tem-se uma nova apresentação de trabalho na reunião anual da ANPOCS (*Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo*, de Cynthia Andersen Sarti, publicada no ano seguinte pelos Cadernos de Pesquisa) e nova dissertação de mestrado, agora na Universidade Federal do Paraná (defendida por Sônia Maria Guidi e intitulada *Contribuição para o estudo do papel dos educadores pré-escolares na formação da identidade e papel de gênero dos educandos*).

Além disso, o termo “gênero” começa a figurar em resumos e “palavras-chave” de algumas publicações, como é o caso dos artigos *Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério*, de Cristina Bruschini e Tina Amado (que em seu resumo faz alusão à “eliminação da discriminação de gênero”) e *Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia*, de Michael Apple (que discute a feminização do magistério e tem como subtítulos “Trabalho e Gênero” e “Gênero e magistério”)⁴⁰.

O ano de 1988 marca ainda outros dois acontecimentos destinados ao universo acadêmico e ligados ao “estudo dos gêneros” ou “à questão relacional”: o seminário “Repensando a Diferença: Imaginário e Representação da Mulher”, realizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da UFRJ (que tinha entre seus temas a questão da imagem e do simbólico na “construção dos gêneros”), e o V Concurso de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher, da Fundação Carlos Chagas.

40 Ambos publicados nos Cadernos de Pesquisa n. 64 de fevereiro de 1988.

Entre as resoluções finais do seminário “Repensando a diferença”, estava a questão da *formação de uma rede de intercâmbio entre instituição e pesquisadores na área da cultura, artes e ciências humanas voltada especialmente à questão das relações de Gênero* (NOTAS, 1988). O Concurso de Dotação para Pesquisa, por sua vez, buscou estimular em sua quinta edição, trabalhos que adotassem uma pesquisa de cunho mais “relacional” (tanto de raça, idade ou “gênero”) e/ou comparativa.

Apesar do aumento gradativo do uso da palavra “gênero” em encontros e publicações, percebe-se que não havia entre o material que vinha sendo publicado nenhuma definição que fosse além das já utilizadas. Na grande maioria dos casos, ainda que o termo estivesse sendo usado em um contexto que apontava para a existência de elementos sócio-culturais que implicavam na construção das identidades humanas, o mesmo era utilizado como sinônimo de “sexo biológico”⁴¹.

Talvez como reação à ausência de definição existente, ou como resultado das discussões que já pareciam estar acontecendo em alguns “territórios” (como na ANPOCS e em alguns Centros de Pesquisa e Universidades), o ano de 1989 marca a publicação de três textos que se dedicam à discussão teórica feminista e que apontam para uma resignificação do termo gênero: a tradução para o português do texto de Joan Scott, *gênero, uma categoria útil de análise histórica*, o material produzido pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), *Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo*, e o artigo de Ana Maria Vicentini, *Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária*.

Se observarmos a “geografia” dos textos acima citados, podemos perceber que a discussão em torno do tema está se dando em espaços bastante específicos e em vários pontos do país: o texto de Scott é traduzido em Recife, pelo grupo SOS Corpo; Maria

41 Como é o caso do texto do antropólogo Klaas Wortmann, *Comida, a família e a construção do gênero familiar*, do publicado nos anais do oitavo encontro da ANPOCS, em 1984. Neste texto o autor sugere que a cultura, enquanto universo de representação de um grupo, categoria social ou sociedade, se compõe de uma rede de categorias, sendo a comida uma delas. Demonstra que a classificação do alimento é sobretudo uma classificação de pessoas sociais. O centro da análise é a construção de representações de chefe de família (relação entre comida e trabalho) e do “gênero” (sexo) feminino (articulação entre teoria da comida e uma teoria do corpo humano).

Vicentini faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da Universidade de Brasília e o NEMGE se concentra na Universidade de São Paulo. Para completar o quadro, no ano seguinte, a revista Educação e Realidade publica em Porto Alegre uma nova tradução do texto de Joan Scott.⁴²

Além da variação geográfica, é possível perceber ainda que a questão começa a aparecer em diferentes áreas de pesquisa. São antropólogos/as, sociólogos/as, cientistas políticos/as, críticos/as literários e educadores/as (levando em consideração apenas o material citado até este ponto) que começam a fazer uso deste novo referencial teórico e a discuti-lo em seus “territórios”.

O “fenômeno da discussão simultânea” em disciplinas e pontos geográficos tão distintos, bem como a crescente importância do tema, pode ser compreendida se levarmos em consideração os “bastidores” do movimento feminista brasileiro e a extensa rede criada pelas pesquisadoras comprometidas com a causa das mulheres no país. Assunto que veremos a seguir.

5.1 Criando uma extensa rede: O papel das pesquisadoras e seus espaços de apoio

Após o período de abertura política, a instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU (1975) e a Anistia (1979), aumentaram no país os grupos de discussão e engajamento político. Além disso, após a reforma universitária de 1965, o número dos cursos de pós-graduação também havia aumentado sensivelmente, bem como a porcentagem de mulheres universitárias. Nesse contexto, militantes feministas podiam ser encontradas tanto nas academias como envolvidas em organizações sindicais e populares.

O contato constante entre acadêmicas e militantes de movimentos sociais acabou norteando durante muito tempo as linhas de pesquisa feminista nas universidades e causando “desconfortos” para as pesquisadoras. Era preciso provar às agências feministas

⁴² Que recebe ainda uma reedição em 1995, na mesma revista.

e à comunidade acadêmica que as pesquisas realizadas sobre a mulher eram científicas e não apenas de caráter militante. De igual forma, precisava-se provar às feministas que o interesse estava na causa e não numa possível carreira pessoal. As pesquisadoras eram vistas como *feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as feministas* (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p.6).

Ainda assim, gradativamente começaram a se formar, dentro das universidades, espaços organizados para a pesquisa em torno do que se convencionou chamar de “Estudos da Mulher”. Desprestigiados e vistos como tendo pouca legitimidade para o mundo acadêmico, tais espaços acabaram se configurando em espaços segregados por mulheres que se dedicava ao estudo das mulheres. Como bem observaram Albertina Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti, esta situação apresentava vantagens (afirmação da identidade, ocupação de um espaço próprio, apoio de algumas entidades e grupos, etc.) e desvantagens (isolamento e auto-referência), mas se constituiu na via possível para aquele momento histórico. (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985).

Agregando pesquisadoras e conseguindo financiamentos, vários grupos de mulheres começaram a se organizar, ao exemplo do que já vinha acontecendo nos Estados Unidos e em alguns países europeus, em Núcleos de Pesquisa dentro das universidades. Assim sendo, em 1981 surgem, na Universidade Federal do Ceará e na PUC do Rio de Janeiro os dois primeiros núcleos (NEDIM – Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher e NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher). Em 1983, outras três universidades têm seus grupos configurados: a PUC de São Paulo (NEIRSG – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero), a Universidade Federal da Paraíba (Núcleo de Estudos da Mulher) e a Universidade Federal da Bahia (NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher). No ano seguinte é a vez de Porto Alegre (Núcleo Mulher – UFRGS) e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Se observarmos a origem dos primeiros textos de cunho mais teórico sobre o conceito de Gênero no Brasil, percebemos que os mesmos acabaram sendo produzidos

junto aos Núcleos de Estudos da Mulher das universidades. Este foi o caso do material produzido por Maria Vicentini, do NEPEM e do texto *Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo* do NEMGE.

Tanto no material produzido pelo NEMGE como no artigo de Vicentini, percebe-se que a elaboração deste novo conceito se fez acompanhada de todo um processo teórico presente dentro dos núcleos advindo da “teoria feminista” e que não se concebia a possibilidade de trabalhar a “questão de gênero” sem este aporte teórico. Como deixa claro a citação abaixo:

A transformação do sexo biológico em uma outra categoria, e a colocação desta em um universo semântico pejorativo é explicada com bastante rigor e precisão pela teoria feminista, através de sua categoria central de análise – o gênero. O feminismo não só aponta para a acirrada distinção sexual existente, como desvenda o fundamento arbitrário, não natural, da mesma. O feminismo, enquanto modo particular de ver o mundo e os seres, soma-se ao pensamento sociológico que entende a realidade enquanto realidade construída. A partir dessa concepção, o sexo (fato biológico) não pré-determina o gênero (fato construído), masculino e feminino são identidades sociais configuradas ao longo do processo de significação (...) além de desvendar os fundamentos culturais da construção dos gêneros, o feminismo se ocupa, com igual ou maior vigor, em demolir as bases da dominação de um gênero sobre o outro. (...) Somente através da teoria feminista conseguiremos realmente empreender uma análise crítica do gênero, fora do feminismo receio estarmos melancolicamente retornando à peça “isso é coisa de mulher”, usando os velhos componentes patriarcais. (VICENTINI, 1989, p. 48 e 52).

Mediante o novo conceito, acreditava-se estar contribuindo para um avanço nos estudos sobre as relações sociais em um sentido mais amplo, ele seria uma espécie de *fi condutor que articula os estudos sobre as relações de gênero com os estudos sobre as condições de permanência e mudança das relações sociais*. Além disso, o conceito ajudaria no estudo *das formas de construção de poderes nas sociedades* (NEMGE, 1989, p. 81).

Outra questão que aparece, ainda que rapidamente, em ambas as publicações, diz respeito à legitimidade do trabalho realizado pelas pesquisadoras frente ao mundo acadêmico e à crítica de que as pesquisas não passavam de “coisa de mulher”. Assim, podemos ler no material produzido pelo NEMGE que, dentre os argumentos que figuravam a favor do novo conceito estavam o de que o mesmo era significativo pela *busca da legitimidade que o conceito propiciaria enquanto categoria não identificada com o tema*

específico das mulheres e portanto mais apropriada para se incorporar aos campos teóricos das disciplinas sem se restringir aos “estudos sobre mulheres” (NEMGE, 1989, p.83).

Além disso, na análise feita por Elisabeth de Souza Lobo, a construção do gênero como categoria analítica viria ao encontro dos impasses que estavam sendo sentidos dentro da Teoria Feminista no que diz respeito às origens da dominação masculina sobre a mulher. Tanto a teoria do patriarcado (definida como uma “ordem hierárquica sexual de capitalismo”, destinada para o controle político das mulheres e da sociedade), como as análises marxistas e as abordagens psicanalistas não conseguiam explicar as muitas formas com que as diferentes sociedades definiam os gêneros.

Dentre o material produzido pelo NEMGE, é possível perceber ainda que a discussão em torno da questão de gênero já estava acontecendo em alguns círculos por conta do contato de algumas pesquisadoras com a pesquisa internacional (como foi o caso de Anette Goldberg que, em seu texto afirma ter estranhado, ao voltar para o Brasil no período da Anistia, o fato das feministas brasileiras não terem tomado ainda contato com algumas das categorias que permeavam as discussões no exterior, dentre elas a categoria de gênero (p.02). A própria bibliografia utilizada pelas autoras deixa claro que, pelo menos nos Núcleos de Estudos da Mulher, já se estava trabalhando com os mesmos conceitos que circulavam pelos centros de pesquisa feminista de outras partes do mundo⁴³.

A influência das discussões em torno da questão de gênero dentro dos núcleos e demais centros de pesquisa pode ser sentida ainda na própria escolha de nome para os núcleos, sendo que muitos deles passaram a se utilizar da palavra “gênero” em sua nomenclatura oficial (exemplo disso encontramos no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da USP que, no ano de 1988, teve seu nome modificado para Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero).

Outro elemento a ser levado em consideração, no que diz respeito à difusão dos estudos sobre a mulher e gênero no Brasil diz respeito à criação, junto ao governo federal,

⁴³ Nas notas do artigo de Anette Goldberg constam, tanto o material de Gayle Rubin, *The Traffic in women: Notes on the politica Economy of Sex*, de 1975 (e considerado o precursor do conceito de gênero), como textos de Joan Scott.

do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (em 1985) e que deu origem aos Conselhos da Condição Feminina (integrados por acadêmicas e mulheres ligadas aos movimentos sociais), fortalecendo o movimento feminista brasileiro e suas causas. Para completar o quadro, em 1987 a CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior passou a financiar pesquisas sobre a condição da mulher brasileira.

Paralelamente, a Fundação Carlos Chagas também divulgava e gerenciava, desde 1977, um Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Trabalho e Educação da Mulher, buscando atingir pesquisadores/as das diversas regiões do país e proporcionando-lhes, além do apoio financeiro, toda uma rede de apoio no campo da formação acadêmica.

Com a finalidade de formar um campo de estudos, o Programa sempre esteve aberto a propostas feministas e de movimentos de mulheres, em suas múltiplas facetas, assim como a projetos culturais ou artísticos que pudessem contribuir para dar vida e voz às mulheres, que se constituía então em novo objeto de estudo. Outra característica inovadora foi a metodologia adotada, que visava tanto a lisura do processo de seleção quanto a orientação e formação em pesquisa de candidatas de origem tão diversa. (BRUSCHINI; UBENHAUM, 2002, p. 27)

Tendo sido divulgado em universidades, centros de pesquisa e meios de comunicação, o concurso teve, desde o início, uma demanda muito além da expectativa (tendo recebido 127 projetos em sua primeira edição, quando o esperado era em torno de 20) e passou a ser oferecido regularmente. A própria comissão julgadora tinha como característica a interdisciplinariedade e uma procedência geográfica diversa.

No intuito de auxiliar no processo de formação das pessoas selecionadas, a equipe do programa de dotação organizava seminários de apoio (antes do início da pesquisa, após o relatório semestral e no término da mesma), facilitando o encontro entre especialistas de cada área e trazendo pesquisadores/as de outras instituições ou mesmo do exterior. Além disso, os projetos recebiam apoio personalizado e buscava-se criar oportunidades para que as pessoas envolvidas tivessem seus resultados apresentados em eventos de relevância.

A circulação das pesquisadoras ligadas aos Núcleos das universidades e à Fundação Carlos Chagas, bem como o engajamento e a interdisciplinariedade das mesmas, pode ser percebida no aumento gradativo de grupos de trabalhos ligados à temática “das

mulheres” dentro das recém criadas associações científicas do país. Como exemplo pode-se citar os grupos de trabalho sobre Mulher dentro da ANPOCS (desde 1985), na ASESP (associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo), na ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e na ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) (COSTA, 1985, p.7).

O resultado geral de toda esta “movimentação” acabou sendo sentido logo nos primeiros anos da década seguinte que, sem dúvida nenhuma, se tornou a década da consolidação dos Estudos de Gênero no Brasil e marcou, não só o amadurecimento da discussão teórica em torno do tema como a disseminação do mesmo para inúmeras outras áreas (extrapolando, inclusive, os territórios “acadêmicas”).

No ano de 1990, o seminário oferecido pela Fundação Carlos Chagas para as pesquisadoras ligadas ao concurso de dotação para a pesquisa recebeu o título de “Seminário de Estudos de Gênero: Avaliação e Perspectivas para o Futuro”. Na opinião de Cristina Bruschini, uma das participantes do encontro e das principais pesquisadoras da Fundação, este foi um *momento ímpar de reflexão teórica e metodológica sobre os estudos de gênero, seja como campo disciplinar próprio, seja em sua relação com outras disciplinas* (BRUSCHINI; UBENHAUM, 2002, p.32).

As discussões efetuadas no seminário da FCC foram publicadas, posteriormente, no livro *Uma questão de gênero* (organizado por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, em 1992), primeiro livro publicado no Brasil sob esta temática. Além disso, o seminário marcou o início da discussão em torno da criação de uma rede nacional de bibliografia informatizada para a área dos “Estudos de Gênero” no país e marcou a mudança do enunciado do concurso (que, a partir da sua VI edição passou a ser identificado como “Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira: Programa de Incentivo e Treinamento de em Pesquisa sobre Mulher”).

A questão da rede nacional de bibliografia, levantada no seminário da Fundação, voltou à pauta no ano seguinte, no Encontro Nacional de Núcleos, realizado no NEMGE em

1991⁴⁴ (o que demonstra mais uma vez a “interligação” existente, tanto entre acadêmicas como entre os principais grupos de pesquisa), e acabou sendo levado à apreciação da Fundação Ford (financiadora dos Concursos de dotação) em 1992. Juntamente com este projeto, encontravam-se mais três visando *consolidar os estudos de Gênero no país: uma revista científica feminista, uma rede de núcleos, um projeto de cursos itinerantes sobre Gênero* (BRUSCHINI, UBENHAUM, 2002, p. 51)⁴⁵.

Com o apoio da Fundação Ford, o ano de 1992 marcou o lançamento da Revista de Estudos Feministas (REF) que teve, logo de início, em seu comitê editorial, cinco membros da comissão dos Concursos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. A divulgação da Revista se fez em vários periódicos de alcance nacional, fazendo referência constante à questão de gênero⁴⁶.

Neste mesmo ano, foram defendidas as primeiras teses de doutorado a se utilizarem do novo termo. Jussara Reis Prá defendeu na Universidade de São Paulo o trabalho intitulado *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional* e Maria Luiza Heilborn defendeu a tese *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário* (UFRJ - Museu Nacional, 1992).

A quantidade de publicações relativas ao assunto aumentou vertiginosamente durante os anos seguintes⁴⁷. Vários periódicos e capítulos de livros passaram a abordar a questão, procurando definir de forma mais clara os significados que a palavra gênero passava a assumir para a pesquisadoras brasileiras (como foi o caso do texto *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*, de Barbieri e do *Posfácio: conceituando gênero*, de Heleieth

44 E que reuniu em torno de 20 diferentes Núcleos de Estudos ligados à questão da mulher e dos estudos de gênero no Brasil.

45 Somente a revista conseguiu financiamento (trata-se da REF: Revista de Estudos Feministas).

46 Como o exemplifica a nota publicada na sessão “Destaque Editorial” dos Cadernos de Pesquisa n. 86 de ago de 1993, onde se lê: *em Estudos Feministas não só o título mas também o conteúdo são explícitos: o recorte de Gênero é ponto de partida para a abordagem da realidade e da cultura.*

47 Se levarmos em consideração que durante toda a segunda metade da década de 1980 foram publicados em torno de quatorze textos que se utilizavam deste termo e que na década seguinte foram publicados a mesma quantidade já no primeiro ano, chegando a haver 25 artigos tratando do assunto somente no ano de 1994.

Saffioti, 1994). De igual forma, o texto de Gayle Rubin foi traduzido e publicado em Recife pelo SOS-Corpo, e o texto de Joan Scott recebeu uma terceira publicação (novamente na revista Educação e Realidade, de Porto Alegre⁴⁸).

Novas coletâneas de artigos apresentados e discutidos em seminários e grupos de trabalho passaram a ser publicados (como o livro *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*, resultante do VI Concurso de Dotações para Pesquisa e o material intitulado *Mulher e Relações de gênero* da Coleção Seminários Especiais do Centro João XXIII de São Paulo, ambos publicados em 1994)⁴⁹. Além disso, inúmeros encontros foram realizados, em nível regional e nacional, dentro de universidades e grupos ligados às questões das mulheres, para a discussão de temas ligados às “Relações de Gênero”.

A rapidez com a qual os estudos de gênero se “espalharam” pelo país pode ser explicada pelo esforço e organização das pesquisadoras e das redes de apoio que acabaram sendo tecidas. No entanto, ainda que se possa verificar o “modo” como o processo se deu ele em si não dá explicações quanto aos motivos que levaram pesquisadoras e feministas brasileiras à aceitação/implantação de um novo conceito em um espaço de tempo relativamente tão curto.

Éric Fassin (FASSIN, 2000), em um recente artigo dedicado à compreensão do processo de transformação de Michel Foucault em ícone do movimento gay nos EUA durante os anos 80 (algo praticamente impensável na França de Foucault), aponta para a necessidade de se verificar o contexto social/cultural de cada grupo envolvido com “construções teóricas”. Segundo Fassin, para se compreender os motivos que levam um determinado conceito a ser aceito ou não em determinada época e em determinado grupo, é preciso observar a “história social” desse grupo e o que lhe é útil ou importante/imprescindível naquele momento histórico.

Com base nestas afirmações, tentaremos entender algumas das razões que poderiam estar, consciente ou inconscientemente, presentes no processo de “implantação”

48 Educação e Realidade v.20, n.2, jul/dez, 1995.

49 Optou-se aqui fazer um “recorte de tempo”, o que significa que toda a publicação efetuada depois à partir de 1995 não será mais referendada no trabalho.

do conceito de gênero no Brasil no final da década de 1980 e início dos anos noventa.

6. O uso de um novo termo para velhas questões: os motivos e dificuldades por trás do conceito de gênero

Ao observarmos a história do Movimento Feminista, suas teorias e preocupações, damos-nos conta de que, basicamente, as idéias contidas no conceito de Gênero já se encontravam presentes em várias das reflexões feitas por feministas e pesquisadoras brasileiras. A afirmação de que a sociedade é responsável pelos comportamentos humanos e pelo processo de implantação e adoção de “modelos” de conduta (estereótipos pré-estabelecidos e pré-existentes) para homens e mulheres e que essa adoção se dá de forma relacional (por meio da educação familiar, escolar, etc.) já era feita, em maior ou menor escala, desde o final do século XIX. Em meados da década de 1970, o assunto já era discutido em revistas acadêmicas do país⁵⁰ e começava a ser abordado em livros dedicados ao público em geral⁵¹.

Procurando entender os motivos que levaram à introdução no Brasil de um conceito que vinha sendo usado em outros países, deparamo-nos com pelo menos quatro questões possíveis: a crise que afetava os paradigmas tradicionais no campo das Ciências Humanas e das teorias feministas, a busca por legitimidade nos espaços acadêmicos pelas pesquisadoras, a dificuldade de se lidar com as diferentes “nomenclaturas” existentes entre os inúmeros grupos de mulheres espalhados pelo país e o desejo de “atrair” (ou incluir) os

50 Exemplo disso são os artigos, *A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas* (de Fúlvvia Rosemberg), *Os estereótipos sexuais na escola*, (Guimar Namó de Melo), *Contribuições da Psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher*. Uma proposta/denúncia para a aplicação de teorias universais de compreensão humana sobre homens e mulheres, de Marília Graciano), *Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da Psicologia para sua mudança* (de Carmem Lúcia de Melo Barroso) etc. Todos publicados no Cadernos de Pesquisa n.15, dezembro de 1975.

51 Como foi o caso do Livro produzido por Elena Gianini Belotti, *Educar para a submissão: o Descondicionamento da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1975.

homens para este campo de discussões (desejo este que não era compartilhado por todos os grupos).

Segundo alguns/mas pesquisadores/as, a década do aparecimento do termo gênero teria sido uma década marcada por crises de paradigmas dentro das Ciências Humanas e pelo surgimento de novas abordagens teórico-metodológicas. Como observa Mariana Moreira Neto, a história social, o estudo das mentalidades e do cotidiano, as análises pós-estruturalistas (dentre outros) passaram a oferecer *novos elementos de investigação científica* e apontavam *novas trilhas e uma nova possibilidade de evidência*, abrindo *novas dimensões para a construção ou (re)construção do conhecimento* (NETO, 2004).

Além disso, o movimento feminista brasileiro passava por um processo de institucionalização de grupos (ONGs, Núcleos de Pesquisa, etc.) havendo uma ingerência cada vez maior nas universidades e uma relativa separação entre Teoria e Política. A “identidade única” das mulheres era questionada e se buscava compreender, não apenas os mecanismos de “dominação” da sociedade (que até então estavam quase todos centrados nas respostas econômicas/marxistas), mas também os mecanismos e processos utilizados pelas diferentes culturas para “imprimir” nos seres humanos as qualidades “desejáveis” para cada sexo.

A “abertura” para novas questões teóricas e metodológicas dentro de algumas disciplinas possibilitava a “criação” ou utilização de nomenclaturas que se diferenciavam daquelas tradicionalmente aceitas. Neste contexto, não só novos assuntos acabaram sendo inseridos no bojo das Ciências Humanas como antigas questões passaram a ser discutidas, sob outras óticas. Dentro desse processo, as feministas acadêmicas, ao invés de construir espaços alternativos, procuraram se integrar à comunidade científica mediante o reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais (BRUSCHINI, 2002, p.21) e de seus instrumentos de análise.

Ainda assim, se por um lado havia a possibilidade de ingerência nas academias e de colocar em pauta novas questões, por outro havia um grande preconceito para com as pesquisadoras dedicadas à temática da mulher (apeladas em alguns espaços de “mulherólogas”). O trabalho de pesquisa realizado em torno das “questões das mulheres” era entendido como segregacionista, irrelevante para as “grandes causas” e pouco “científico”. Além disso, toda a nomenclatura utilizada pelas pesquisadoras, na tentativa de definir os processos de hierarquização entre homens e mulheres era tida como meramente “militante”.

Num contexto como esse (de busca de aceitação e de críticas de falta de “cientificismo”), o uso de instrumentos e nomenclaturas que possibilitassem uma maior tolerância e reconhecimento acadêmico se tornava importante. O termo “Gênero” acabou surgindo como sendo de cunho muito mais “neutro” do que outros (como Feminismo, Patriarcado, Estudos da Mulher, etc.) e por isso, mais adequado à utilização no “campo das Ciências”⁵². Segundo Bruschini, *a adoção da categoria analítica de gênero favoreceu a aceitação acadêmica dessa área de pesquisa, ao despolitizar uma problemática que mobilizava preconceitos estabelecidos* (2002, p.21).

De igual forma, dentro do Movimento de Mulheres também se vivenciava, de alguma maneira, um certo “conflito de nomenclaturas”. Pesquisas realizadas, envolvendo a década em questão, apontam para o fato de haver no Brasil, neste período, um grande leque de posições feministas. Como observam Maria Aparecida Schumacher e Elisabeth Vargas, *havia as separatistas, as intelectuais, as pequeno-burguesas preocupadas com sexo, as proletárias preocupadas com o casamento da luta geral com a específica, as defensoras do movimento autônomo, as “estrangeiras” ex-exiladas, influenciadas pelo movimento feminista europeu, etc.*(1993, p. 349).

A grande maioria das mulheres organizadas em grupos se utilizava basicamente de duas formas para se autodenominar: ou se era de um grupo “feminista” ou de um grupo

⁵² Miriam Pillar Grossi comenta (em GROSSI, 1993, p.17) a participação de Elizaberth Souza-Lobo na reunião da ANPOCS de 1987 e a sua observação quanto à maior “neutralidade” do termo gênero.

“feminino” (ou “de mulheres”). Ainda que as causas (e a própria linguagem) da maioria destes grupos fosse a mesma, muitas participantes não queriam ser identificadas como “feministas” diante da conotação negativa que a palavra vinha recebendo no país ou mesmo pelos grupos de “esquerda” (que acusavam o feminismo de “desvio pequeno burguês”).

Segundo um estudo realizado por Miriam Pillar Grossi, o aparecimento da categoria gênero acabou ocupando uma espécie de “lugar intermediário” entre estes grupos. Em pouco tempo esta nova nomenclatura passou a substituir as anteriores, não apenas nos núcleos ligados à universidade mas também em sindicatos e ONGS. (1993, p.17). Sintomaticamente, a partir de 1995 (época em que os “Estudos de Gênero” já se encontram consolidados), a categoria “feminismo” não chega mais a ser utilizada como identificação temática/ideológica para os grupos estudados por Grossi (sendo atualmente a menor identificação assinalada)⁵³.

A utilização de um termo aplicável para os mais diversos grupos, além de “amenizar” as diferenças e atenuar os “rótulos”, acabou abrindo espaço para a discussão de outras temáticas, até então pouco discutidas pelas feministas ou pelo movimento de mulheres (como é o caso das “masculinidades”). De igual forma, a ênfase no aspecto relacional da construção das identidades humanas trouxe alguns homens para este campo de discussão. Segundo Albertina Costa,

...houve uma tentativa de ampliar os horizontes quando, em lugar de estudos sobre mulher (ou os sexos) passou-se a falar de estudos das relações entre os sexos ou das relações de gênero (para desbiologizar a noção de sexo). A idéia era deixar claro que os estudos sobre mulher dizem respeito também aos homens. (COSTA, 1985, p.14)

Apesar do conceito ter sido aceito com maior facilidade pelos ambientes acadêmicos e grupos de mulheres do que outros conceitos presentes dentro da Teoria Feminista, tem crescido nos últimos anos o número de pesquisadores/as que questionam os desdobramentos desse processo. Como bem o coloca Mariana Moreira Leite,

53 Significativamente, a década que marca o aumento do uso da categoria gênero é também considerada a década da “dispersão” e institucionalização dos grupos feministas (SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p. 349), bem como da desarticulação do movimento de mulheres no Brasil (GROSSI, 1993, p. 2).

..Alguns críticos advertem para o fato de que os estudos de gênero são apontados como sinônimos de estudos de mulher, perdendo sua potencialidade relacional que abrangeria as relações sociais instituidoras do masculino e do feminino. Outros ressaltam que o gênero vem sendo empregado, por outro lado, como estudos de masculinidade, com o perigo de tornar-se um campo especializado e específico de análise e interpretação, com o privilégio de elevar a masculinidade como ponto exclusivo de estudo, negligenciando o caráter relacional que os estudos de gênero devem preservar. Por fim, outros teóricos defendem que o conceito de gênero não dá conta da compreensão da dominação masculina, apreendida como “dominação simbólica”, ou seja, instituída nas relações sociais entre os sexos, naturalizando nos dominados a aceitação da dominação (NETO, 2004).

A suposta “neutralidade” do termo é vista como negativa por algumas pessoas engajadas com a causa feminista por retirar da área dos Estudos da Mulher toda a sua carga militante e a sua capacidade de transformação política. A “ideologia do neutro” estaria sendo responsável por um esvaziamento da prática política e do pensar dessa prática dentro das academias. Além disso, a tentativa de fugir do rótulo de “área dedicada à mulher” (e atrelá-la ao estudo das relações humanas) parece não estar “funcionando”, visto continuar havendo nas universidades a “rotulação” de que os “Estudos de gênero” nada mais são do que um território controlado pelas mulheres para estudos sobre a mulher. Apesar de todo o trabalho realizado pelas pesquisadoras e feministas brasileiras no sentido de introduzir este novo termo dentro das universidades e de clarear o seu conceito, persiste uma certa “confusão” em torno do seu significado.

Outra questão a ser avaliada diz respeito ao grande número de grupos que vêm sendo formados nos últimos anos e que carecem de referenciais que lhes dêem sustentação para uma análise dos fenômenos sociais e culturais responsáveis pela construção das identidades de Gênero. Uma simples comparação/descrição das ações “masculinas” e “femininas” é tida como um “Estudo de gênero”, não havendo critérios ou instrumentos definidos para uma análise mais profunda dessas ações/relações. O alerta de Ana Maria Vicentini (1989, p.52)⁵⁴, de que somente através da Teoria feminista se estaria apto/a a empreender uma análise crítica do gênero, parece não estar sendo levado em conta em alguns espaços (que inclusive desconhecem grande parte das pesquisas e

⁵⁴ Citado anteriormente, no capítulo 5.

reflexões realizadas neste campo de estudos).

Além disso, vem crescendo entre as feministas atuais a preocupação relativa às “subdivisões” que vêm ocorrendo dentro da área dos estudos de gênero. A inclusão das questões relativas ao “masculino” ou à construção das várias identidades “masculinas” parece estar acontecendo de forma a criar um novo “gueto”, deixando muitas vezes de acontecer “em conjunto” (o que indica um processo paralelo e não uma “inclusão”, como era o intuito inicial, e uma discussão “fechada” e não “relacional”). Têm-se ainda o temor de que a importância tradicionalmente dada a tudo que se encontra ligado ao mundo “dos homens” acabe por tornar estes estudos mais importantes do que aqueles ligados às mulheres (o que seria um caminho completamente contrário à toda a luta das feministas).

Apesar das críticas, pesquisadoras como Adriana Piscitelli, Guacira Lopes Lobo, Raquel Soihet, Margarete Rago e Miriam Pillar Grossi (dentre outras/os) vêm o campo dos estudos de gênero como pleno de possibilidades, tanto de *construções de masculinidade quanto de feminilidade*, sendo um território apto para se perceber *como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social* (PISCITELLI, 1995, p.155).

De igual forma, vem crescendo nos últimos anos a participação de historiadoras/as na pesquisa de Gênero no Brasil, o que pode significar uma preocupação maior com os contextos históricos que, segundo Joan Scott, não poderiam jamais ser perdidos de vista no estudo das relações humanas. Para ela, uma das grandes questões desta área de estudos diz respeito à compreensão de

...como as relações entre os sexos foram construídas em um momento histórico, por que razão, com que conceitos de relação de forças, e em que contexto político. Este é o verdadeiro problema: historicizar a idéia homem/mulher e encontrar uma forma de escrever uma verdadeira história das relações homens/mulheres, das idéias sobre a sexualidade, etc.. (SCOTT, 1990, p.123-124).

7. Conclusão

Na busca por compreender e superar a discriminação sofrida em nome de uma constituição biológica, muitas mulheres brasileiras têm se organizado e se dedicado, ao longo das últimas décadas, ao estudo das sociedades e dos comportamentos humanos. O reconhecimento de uma realidade de humilhação comum (que tende a ser muito mais intensa em alguns casos do que em outros, ou mesmo mais sutil em algumas situações) tem levado estas mulheres a traçar estratégias em conjunto e a lutar por modificações estruturais e pessoais.

Os desdobramentos deste “Movimento de Mulheres” têm sido inúmeros, desde a conquista de direitos civis e a participação em instâncias governamentais, até a criação de creches e grupos de organização popular. De igual forma, as academias e centros de pesquisa acabaram sendo “afetados”, com a criação de núcleos específicos de pesquisa em torno das “questões da mulher”, com a organização de seminários e encontros temáticos ou mesmo concursos de dotação para pesquisa.

Novas questões acabaram surgindo dentro das diversas disciplinas, como resultado da ação e discussão trazidas pelos “Estudos das Mulheres”, e novas “ferramentas” de análise de realidade foram elaboradas. “Aproveitando” uma certa crise de paradigmas existentes durante a década de 1980 dentro das Ciências Humanas ou Sociais e buscando relativizar o “ser humano universal” mediante a idéia de “produção das identidades” de homens e mulheres, a Teoria Feminista encontrou espaço para a criação e utilização do conceito de Gênero.

A aparente “neutralidade” do novo conceito foi bem recebida pelas pesquisadoras brasileiras que, durante este período, ainda lutavam por reconhecimento dentro da

academia e buscavam ter suas inquietações intelectuais respeitadas como sendo de cunho científico e não apenas de “caráter militante”. De igual forma, o novo conceito auxiliava no processo de amenização das diferenças existentes dentro do Movimento de Mulheres (onde a palavra “feminista” ou “feminismo” não era bem vista por alguns grupos) e abria espaço para a discussão em torno das questões “masculinas”.

Vários foram os elementos que possibilitaram o desenvolvimento de trabalhos dedicados ao uso desse novo conceito pelo país. Dentre eles, pode-se citar o trabalho de conscientização que estava sendo realizado pelas feministas e demais grupos de mulheres dentro da sociedade em geral. Como resultado dessa “ação coletiva”, entidades dedicadas ao financiamento de pesquisas (CNPQ, Fundação Ford, Fundação Carlos Chagas, etc.) passaram a apoiar projetos ligados aos Estudos de Gênero.

A rápida “disseminação” do conceito pelas diversas regiões do país, bem como dentro das diferentes disciplinas do campo das Ciências Humanas, também pode ser entendida mediante a estrutura organizacional desenvolvida pelas pesquisadoras. Ligadas aos Núcleos de Pesquisa das Universidades, buscando financiamentos e encontrando-se com certa regularidade, as novas pesquisadoras não só desenvolveram rapidamente um grande número de trabalhos, como encontraram espaços de relevância nacional para apresentá-los (como, por exemplo, nas reuniões anuais da ANPOCS, da ABA, da SBPC, etc.).

Além disso, a constante publicação de material em revistas especializadas (como os Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade, Revista Dados, etc.) e a criação de mecanismos de apoio para novos/as pesquisadores/as (como os Concursos de Dotação par Pesquisa da Fundação Carlos Chagas), também acabaram contribuindo para a expansão desses estudos para dentro de espaços que não se encontravam diretamente ligados aos Núcleos ou Centros de Pesquisa (como é o caso das Faculdades de pequeno e médio porte espalhadas pelo país).

Apesar da grande aceitação que se percebe haver atualmente dentro das universidades brasileiras ou mesmo dentro dos mais diversos setores do Movimento de Mulheres, os Estudos de Gênero têm recebido uma série de críticas nos últimos anos. Dentre as principais críticas estão o alerta de que se está perdendo a questão relacional de vista, o “perigo de deslocamento de foco” e de supervalorização da questão da masculinidade, a ausência de referenciais teóricos feministas de alguns dos grupos que têm se formando e o afastamento das questões mais práticas/políticas (que visam a superação da hierarquia entre os sexos).

A discussão em torno da questão dos “Estudos de Gênero” está longe de ser terminada. Aparentemente, um novo processo de discussão está para acontecer, tanto nas academias como em alguns dos setores do Movimento Feminista/ de mulheres no Brasil. Ainda assim, ao que tudo indica, esta nova área de estudos “chegou para ficar”. O que não se pode prever são os rumos que a área pode tomar no futuro.

Algumas questões mereceriam uma pesquisa mais aprofundada, tais como: o processo de passagem do conceito das universidades para os movimentos populares; o efeito desta nova área sobre as Políticas Públicas; a existência ou não de conflitos mais diretos entre a Teoria Feminista e as novas teorias/pesquisas que começam a ser elaboradas dentro desta área; qual o “efeito” das pesquisas sobre “masculinidades” para os Estudos de Gênero em geral; qual o papel dos homens dentro desse “território”, etc.

O campo de pesquisa para historiadores e historiadoras nesta área é grande, não só no que diz respeito a “reconstruir” e problematizar os processos que desembocam em modificações no seio das sociedades, mas como parceiros/as nas discussões em torno da formação das Identidades de Gênero. como bem o coloca Joan Scott, *a diferença dos sexos é um jogo político que é, ao mesmo tempo, jogo cultural e social (...) o mais importante é insistir sobre a historicidade das relações homens/mulheres, as idéias e os conceitos da diferença sexual* (1990, p.124).

Anexo 1:
Os Cadernos de Pesquisa e os Estudos de Gênero e/ou da mulher

Nº15, dez. 1975:

- . *Estereótipos em relação a papéis sexuais na Colômbia*. Bárbara Marim.
- . *Trabalho industrial X Trabalho doméstico*. Eva Blay.
- . *A Educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970*, Glaura Vasques de Miranda.
- . Relação entre sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais das mães. Maria M. Malta Campos e Yara Lúcia Esposito.
- . O Acesso da mulher ao ensino superior brasileiro, Carmem Lúcia de Melo Barroso e Guiomar Namó de Melo.
- . A escola e as diferenças sexuais. Fúlvia Rosemberg.
- . Concepções sobre o papel da mulher no Trabalho, na política e na família. Maria Amélia Azevedo Goldberg.
- . Seção: Temas em debate: *Subsídios do Direito do Trabalho para um debate sobre a situação da mulher*. Marly A. Cardone.
- . Qual é a mulher que merecemos? Verena Martinez Alier,
- . Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da Psicologia para sua mudança, Carmem Lúcia de Melo.
- . A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas. Fúlvia Rosemberg.
- . Os estereótipos sexuais na escola. Guiomar Namó de Mello.
- . Contribuições da Psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. Marília Graciano.
- . Resenhas: A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. (de Heleieth Saffioti, feita por Maria M. Malta Campos e Marta Khol de Oliveira).
- . A Mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista (de Eva Blay, feita por Carmen Lúcia de Melo Barroso e Guiomar Namó de Mello).

Nº16, março de 1976:

- . *A mulher e a escolha vocacional*. Celso João Ferreti.

Nº18, setembro de 1979:

- . *Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos*. Teresa Roserley N. Da Silva, Elza L. Guarido e Marília Graciano.
- . Resenha: Elena Gianini Belotti. *O descondicionamento da Mulher* (Betty Mindlin Lafer).

Nº21, junho de 1977:

- . *Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família*. Marília Graciano, Teresa R.N. Da Silva e Elza L. Guarido.
- . *Diferenças sexuais*". Carmem Lúcia Barroso.

Nº22, Setembro de 1977:

- . *Um aspecto da modernidade feminina na cidade de São Paulo: o machismo*. Ana Maria Nagelschmidt, Carlos Wagner Sandenville dos Santos e José Severo de Camargo Pereira.
- . Resenha: *Ordens monásticas e mulheres*.

Nº23. Dezembro de 1977:

- . Resenha de Carmem Lucia Barroso: *L'education sexuelle à l'école*. Maria José Werebe.
- Nº24, março de 1978:
 - . *As ciências Humanas e a situação da mulher*. Evelyn Glenn.
- Nº25, junho de 1978:
 - . *Aquisição de papéis sexuais na criança*. Marília Graciano.
 - . *Os papéis sexuais*. Carmem Barroso.
- Nº26, setembro de 1978:
 - . Seção: Temas em debate: *Mulher – homem, porque polarizamos os sexos?* Marília Graciano.
- Nº27, dezembro de 1978:
 - . Seção: Pesquisa: *Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras*. Maria Cristina Aranha Bruschini.
- Nº28, março de 1979:
 - . *Sexualização das ocupações: O caso brasileiro*. Maria Cristina Aranha Bruschini.
- Nº32, fevereiro de 1980:
 - . *Educação e força de trabalho feminino no Brasil*. Helena Levin.
- Nº33, maio de 1980:
 - . Seção Notas e comentários: Fórum de debates sobre a mulher.
 - . 2º Congresso da mulher paulista.
 - . Dotação para pesquisa sobre mulher.
- Nº34, agosto de 1980:
 - . Seção Temas em debate: *Pesquisa sobre educação sexual e democracia*. Carmem Barroso.
 - . *A pesquisa e a democratização do conhecimento*. Fúlvia Rosemberg.
- Nº35, novembro de 1980:
 - . Seção Notas e comentários: *Educação e trabalho da mulher*.
 - . Seminário: projetos sobre a mulher.
- Nº37, maio de 1981 (Número Especial Dedicado à família e organizado por Bruschini e Lia Garcia de Freitas Fukui):
 - . *Repensando a família patriarcal Brasileira*, Mariza Corrêa.
 - . *Família e feminismo*, Maria Quantim de Moraes.
 - . *A revolução de 30, a família e o trabalho feminino* (Maria Valério Junho Pena).
 - . *Sofridas e mal pagas*. Depoimentos arrolados por Carmem Barroso e Maria Cristina Bruschini sobre lares chefiados por mulheres.
 - . Debate: *Em crise, a família?* Entrevistas com psicólogas concedidas à Lia Fukui e Maria Cristina Bruschini.
 - . Pesquisas em andamento: *Família e feminismo: Papéis femininos e imprensa*. Maria Quantim de Moraes. *Unidade doméstica... trabalho da mulher*
 - . Resenha: *O velho e o novo – um estudo de papéis e conflitos familiares*. Tânia Salem.
- Nº40, fevereiro de 1982:
 - . Seção Notas e Comentários: *Um novo estatuto civil para a mulher casada*. Maria Cristina Bruschini.
- Nº41, maio de 1982:
 - . Seção Publicações Recebidas: *A operária metalúrgica!* Rosalina de Santa Cruz Leite, Ed. Semente, SP).
 - . Seção Notas e Comentários: *Comunicação alternativa da mulher*

Nº43, novembro de 1982:

- . Seção Notas e Comentários: Conferência Internacional de pesquisa e ensino sobre a mulher organizado pelo Instituto Simone de Beauvoir da Universidade de Concórdia, Canadá.
- . Nota: *Uma nova sociologia?* Comenta sobre o 1º Congresso Mundial de Sociologia, realizado no México no mês de agosto onde havia 12 sessões especialmente dedicadas ao tema da mulher.

Nº44, fevereiro de 1983:

- . *A mulher, família e representação em uma amostra de baixa renda do município de SP, 1978-79.*
- . Seção: livros em destaque: *Mulher, mulheres*, de Carmem Barroso e Costa (org.)
- . *A educação da mulher no Brasil*. Fúlvia Rosemberg. Regina Pinto e Esmeralda Negrão.

Nº45, maio de 1983:

- . *Caminhando juntas: uma experiência em educação sexual na periferia de São Paulo*. Cristina Bruschini.
- . *Sexualidade feminina, no clube de mães*. Carmem Barroso.

Nº46, agosto de 1983:

- . Seção Notas e Comentários: *Superação de desigualdades educacionais entre os sexos*. Encontro no Panamá convocado pela UNESCO.

Nº47, novembro de 1983:

- . *Psicologia, profissão feminina*. Fúlvia Rosemberg.

Nº51, novembro de 1984:

- . Seção Temas em debate: *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche*. Fúlvia Rosemberg.

Nº52, fevereiro de 1985:

- . Seção Publicações Recebidas: *Mulheres e menores no trabalho industrial. Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Esmeralda B.B. De Moura.

Nº53, maio de 1985:

- . *Educação sexual na escola*. Fúlvia Rosemberg.
- . Resenha: *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*.
- . Seção: Livro em destaque: *Opúsculo humanitário*. Maria Lacerda de Moura.
- . Seção Notas: *Pesquisa sobre mulher e pesquisa feminista: balanço e perspectivas da década da mulher na América Latina*; Nota sobre o centenário da morte de Nísia Floresta Augusta.

Nº54, agosto de 1985: Nº Especial sobre mulher (organizado por Cristina Bruschini e Cynthia Sarti).

- . *Pesquisa sobre mulher no Brasil – Do limo ao gueto?* Albertina de Oliveira Costa; Carmem Barroso e Cynthia Sarti.
- . *A senhora do Divino: a mulher na festa e na comunidade*. Suzel Ana Reily.
- . *A pedagogia do feminino: análise de um ritual de apresentação da menina à sociedade*. Alive Inês de Oliveira e Silva.
- . *As múltiplas faces da maternidade* Lucila Scavone.
- . *Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial*. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi.
- . *Migração e Trabalho na fronteira agrícola: um estudo da trajetória de mulheres em Conceição do Araguaia*. Jacquelyn Rhea Chase.
- . *A rosa não é a Rosa: reflexões sobre a globalidade e multiplicidade da vivência da mulher e a inadequação dos conceitos bipolares*. Teresinha D'Aquino Ricci.

- . *Secretária: uma ambigüidade em feitiço de profissão*. Amaryllis Schvinger; Danda Prado e Jacqueline Castro.
- . Comunicações: *Relação dos trabalhos realizados a partir dos concursos sobre mulher financiados pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Ford*.
- . Resenha: *O que é pornografia?* De Eliane R. Moraes e Sandra M. Lapeiz (por Pedro Maia Soares).

Nº56, fevereiro de 1986:

- . *Creches domiciliares: argumentos ou falácias*. Fúlvia Rosemberg.
- . Resenha: *A condição feminina no Rio Grande do Sul no Séc. XIX*. Miriam Lifchitz Moreira Leite, (org.)

Nº57, maio de 1986:

- . Seção livros em destaque: *Figuras femininas em Machado de Assis*. Ingrid Stein.
- . Seção Notas: Cita o seminário sobre a mulher da Região Norte/Nordeste (temas: mulher, trabalho e Constituição; Mulher e violência; sexualidade feminina).

Nº58, agosto de 1986:

- . *As interações de Gênero, classe e raça nas relações entre a empregada e a dona-de-casa: uma contribuição ao estado da identidade sexual e da questão da diferença entre mulheres*. Sandra Maria da Mata Azerêdo, RJ.
- . Convocação para o 4º Concurso de dotação para pesquisas sobre a mulher.
- . Seção Livros destaque: *Feminismo, o ponto de vista marxista*. Zuleika Alambert.
- . *Mulher, sociedade e estado: trabalho, saúde e educação*. Revista da Fundação SEADE;
- . Anúncio de que será editado na revista *Mulherio* o boletim de divulgação de pesquisas relativas à condição feminina.

Nº60, fevereiro de 1987:

- . *Relações de classe e de Gênero e modernidade no processo de trabalho docente*. Michael Apple.
- . *Development, crises and alternative vision: third world women's perspectives*. Gita Sen e Caren Grown.
- . Resenhas: *Mujeres jovenes en A Latina: Aportes para una discussion*.

Nº61, maio de 1987:

- . *Trabalho da mulher: igualdade ou proteção?* Cristina Bruschini.
- . Resenha: *E agora mulher?* Anésia Pacheco e Chaves. *Reflexões sobre o cotidiano*. Marta Suplicy.

Nº62, agosto de 1987:

- . *Direitos Reprodutivos: A realidade social e o debate político*. Carmem Barroso.

Nº64, fevereiro de 1988:

- . *Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério*. Cristina Bruschini e Tina Amado.
- . *Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia*. Michael Apple.
- . *Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular*. Cynthia Sarti.
- . Resenhas: Livros em destaque: *A revolução que ficou no caminho*. Maria Carneiro da Cunha
- . Seção Notas: Segundo seminário do 4º concurso de dotações para pesquisa sobre mulher; fala do Seminário Repensando a diferença: imaginário e representação da mulher.

Nº65, maio de 1988:

- . Relato de experiências do "programa de geração de renda com mulheres da periferia de Salvador. Maria Augusta R. Rocha.

- . *Maternidade: um perfil idealizado*. Aída Maria Novelino.
- . Sumário da revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n. 159 onde um dos estudos é o de Fúlvia Rosemberg: *Instrução, rendimento, discriminação racial e gênero*.
- . Notas: V Concurso de dotação para pesquisa sobre mulher.
- . Aviso: *Mulheres: encontro continental* (em Havana, para julho de 88); Fala do Encontro do Conselho Latino-americano de Ciências Humanas. (CLACSO) que teve 7 mesas redondas, entre elas: a mulher e a crise.

Nº66, agosto de 1988:

- . *É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação*. Albertina da Costa.
- . Seção Destaque editorial: *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. Maria Lucia de Barros Mott. + *As mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina*. Revista de Ciências Humanas, vol. 1, n.2, 87, POA.
- . Seção Publicações recebidas: *A mulher na história do Brasil*. Mary del Priore.

Nº67, novembro de 1988:

- . *As mulheres pedem a palavra: o jornal The Spectator e a questão feminina no séc XVIII inglês*. Maria Lúcia Pallares Schaeffer.
- . Seção Periódicos: *Impressões Feminismo e cultura*, Rede de Artes e literatura feminista. v.0 dez. 87. RJ.
- . Seção Resenhas: *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. Sylvia Leser de Melo.
- . Seção Destaque editorial: tradução do livro: *Desenvolvimento, crise e visões alternativas: perspectivas das mulheres do terceiro mundo*. Gita Sen e Caren Grown.
- . Seção Publicações recebidas: *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Guacira Louro.

Nº68, fevereiro de 1989:

- . *Segundo grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos*. (Fúlvia Rosemberg tem uma parte dedicada à participação feminina).

Nº 69, maio de 1989:

- . Seção Resenha: *Não aos estereótipos*. Andrée Michel.
- . Seção Publicações recebidas: *Mulheres do campo: estatísticas oficiais e alternativas* (RS, IBASE, 88); *Por nuestra igualdad ante a Ley*. Encuentro Nacional de Mujeres. Añuncion; *Portugal: status of women*. Commission on the status of women, Prime Minister's Office, Lisboa, 88 (5a ed.); *Ser mãe é sorrir em parafuso*. Leonilde Galasso, Ática, 1988. Periódicos: Cunhary – Rio de mulheres, vol. 1, n.2, dez, 88 REDE mulher. SP
- . Seção Destaque editorial: *Saúde da mulher no Brasil: bibliografia anotada* (Coleção Textos, Fundação Carlos Chagas, 3).

Nº70, agosto de 1989:

- . *Reciprocidade e hierarquia: relações de Gênero na periferia de SP*. Cyntia Sarti.
- . *Mudar a referencia para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária*. Ana Maria Vicentini – NEPEM, Unb).
- . Seção Resenha: *Opúsculo Humanitário*. Nísia Floresta Augusta Brasileira. *A mulher na história do Brasil*. Mary del Priore.
- . Seção Destaque editorial: Série textos Fundação Carlos Chagas: *Working papers* lançados para agilizar a divulgação dos resultados de estudos dos pesquisadores e pesquisadoras. 1ºn.: *Tendências da força de trabalho feminina Brasileira nos anos 70 e 80* (org. Cristina Bruschini). 2ºn. *A imagem da mulher no livro didático: estado da arte* (org. Tina Amado e Esmeralda Vailati Negrão). 4ºn. *Saúde da mulher no Brasileira: Bibliografia anotada* (org. Luiza Bairros).
- . Seção Publicações recebidas: *De camponesa à madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural* (Olinda Maria Noronha, SP: Loyola). *Opúsculo Humanitário*

(Nísia Floresta Augusta Brasileira, Série Mulher e Tempo), profissionalização *feminina: uma experiência no ensino público* (Wanda Rosa Borges) Loyola, 80.

Nº71, novembro de 1989:

- . *A representação brasileira em jornais femininos da época*, Maria Thereza Bernardes.
- . Projetos de estudos sobre mulheres.: CEDIM/CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- . Sumário da Educação e Realidade onde consta: *Magistério de primeiro grau: um trabalho de mulher*. Guacira Lopes Louro.

Nº 72, fevereiro de 1990:

- . Resenhas: *Prendas e antiprendas*. Guacira Lopes Louro.
- . *Rebeldia e submissão: Estudos sobre a condição feminina*, Albertina da Costa e Cristina Bruschini.
- . Seção Notas: *Mulheres em prefeituras* (fala do seminário para prefeituras intitulado: ação do município na promoção da mulher).

Nº73, maio de 1990:

- . *Intersecções de Gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais*. Jean Anyon.
- . *O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. R. Parry Scott.
- . *Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina*. Miriam Pillar Grossi.

Nº74, agosto de 1990:

- . Resenhas: *As mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. Maria Thereza C.C. Bernardes.

Nº76, fevereiro de 1991:

- . *A mulher como tema nas disciplinas da USP*. Eva Altermann Blay (subtítulo: Gênero e universidade).
- . Seção Resenha: *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas* Cristina Bruschini.

Nº77, maio de 1991:

- . *O lugar da mulher na tradição da modernidade latino-americana: etnicidade e gênero*, Lia Zanota Machado.
- . *O acesso das mulheres à cidadania: questões em aberto*, Albertina da Costa. Homenagem à feminista Elizabeth Souza-Lobo (falecida em março deste ano).
- . Seção Resenha: *Mulher e educação*, Guacira Louro e Eliane Marta Teixeira Lopes (org.) n. Especial da Educação e Realidade.

Nº78, agosto de 1991:

- . *Violência denunciada contra a mulher: a visibilidade via delegacia da mulher*”, Brígido Vizeu Camargo, Carla Giovana Dagostin e Marisa Coutinho.
- . Seção Resenha: *Mulher e educação normal no Brasil: estado da arte e Bibliografia*. Fúlvia Rosemberg, Edith Piza e Thereza Montenegro.
- . Seção Destaque Editorial: *Mulher e políticas públicas*. Núcleo de Estudos Mulher e políticas públicas /IBAM. *A mulher na literatura*, 3 vol. Grupo de trabalho da ANPOLL (Belo Horizonte, 1990, publicação das atas dos trabalho das pesquisadoras).

Nº79, novembro de 1991:

- . Resenhas: *Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*, Nancy Chodorow, Rosa dos Tempos, 1991),
- . *Feminismo como crítica da modernidade: releitura*..Sheila Benhabib.

Nº80, fevereiro de 1992:

- . *Mulheres na escola*, Fúlvia Rosemberg e Tina Amado.
- . *Uma contribuição ímpar: os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de Gênero*, Albertina da Costa e Cristina Bruschini.

Nº8, maio de 1992:

- . Resenha: *Entre a virtude e o pecado*. Albertina da Costa e Cristina Bruschini.

Nº85, maio de 1993:

- . *Autonomia e submissão do sujeito e identidade de Gênero*. Nara Maria Guazelli Bernardes PUC-RS (psicologia).
- . *Biblioteca das moças: contos de fada ou contos de vida?* Maria Tereza S. Cunha.

Nº86, agosto de 1993:

- . *Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina*, Zeila de Brito Fabro Demartini (CERU – USP) Fátima Ferreira Antunes.
- . *Divergências mas não antagonismos: mães e professoras das escolas públicas*, Cláudia Pereira Vienna (Educação – USP), palavra-chave: Gênero.
- . Seção Destaque editorial: Revista de estudos Feministas.

Nº88, fevereiro de 1994:

- . *A creche comunitária na nebulosa da pobreza*, Cristina Almeida Cunha Figueiredo.
- . *Família, casa e trabalho*, Cristina Bruschini e Ridenti.

Nº90, agosto de 1994:

- . *Eugenia, loucura e condição feminina*. Rita Cristina C. De Medeiros Couto.
- . *A família como ordem moral*, Cynthia Sarti.
- . *Brasil colonial: um caso de famílias, história no feminino plural*. Mary del Priori.

Anexo 2:

Banco de Dados de publicações brasileiras que se utilizaram do termo Gênero (1984-94)

1984

1. WOORTMANN, Klaas. *Comida, a família e a construção de gênero familiar*. In: Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Encontro anual, 8. Aguas de São Pedro, 1984 (Publicado na revista Dados. Revista de Ciências Humanas; 29(1):103-30, 1986).

1987

1. GOLDBERG, Anette. *Gênero mulher, identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio*. In: Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Encontro anual, 11. Aguas de São Pedro, 1987. p.26.
2. GOLDBERG, Anette. *O gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio*. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (org.), *Mulheres: da domesticidade à cidadania: estudos sobre movimentos sociais e democratização*. Aguas de São Pedro, CNDM, 1987. p.77-86
3. FRANÇA, Sílvia Marina Ramos. *Elas por eles: os significados dos discursos da igualdade de gênero*. São Paulo, 1987. 118p. Tese Apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do grau de Mestrado.
4. APPLE, Michael W. *Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente*. Cadernos de Pesquisa, (60):3-14, fev. 1987.
5. ROSEMBERG, Fúlvia. *Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 68(159):324-55, maio/ago. 1987.

1988

1. SARTI, Cynthia Andersen. *Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo*. In: Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Encontro anual, 12. Aguas de São Pedro, 1988. p.25.
2. GUIDI, Sônia Maria. *Contribuição para o estudo do papel dos educadores pré-escolares na formação da identidade e papel de gênero dos educandos*. Curitiba, 1988. 169p. Tese Apresentada a Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de Mestrado.

1989

1. D'AMORIM, Maria Alice. *Papel de gênero e atitudes acerca da sexualidade*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5(1):71-83, jan./abr. 1989.
2. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Relações sociais de gênero x Relações de sexo*. São Paulo, NEMGE, 1989. 101p.
3. SARTI, Cynthia Andersen. *Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo*. Cadernos de Pesquisa, (70):38-46, ago. 1989.
4. LOBO, Elisabeth Souza. *Experiências de mulheres: destinos de gênero*. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 1(1):169-82, 1º sem. 1989.

5. SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, SOS CORPO.

1990

1. BRUSCHINI, Cristina; SARTI, Cynthia Andersen; SIMONETTI, Cecília. *Gênero em geração de renda*. São Paulo, UNICEF/FENAPE, 1990. 146p.
2. BLAY, Eva Alterman, coord. *Mulher ciência e sociedade: abordagem das relações de gênero nas disciplinas da Universidade de São Paulo*. São Paulo, USP/NEMGE, 1990. 2v. Anexos.
3. ANYON, Jean. *Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais*. Cadernos de Pesquisa, (73):13-25, maio 1990.
4. SCOTT, Russel Parry. *Homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. Cadernos de Pesquisa, (73):38-47, maio 1990.
5. SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, 15(2):5-22, jul./dez. 1990.
6. BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. *Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência*. Rio de Janeiro, IPEA, 1990. 21p. Série (Textos para Discussão, 202).
7. CASTRO, Mary Garcia. *Família, gênero e trabalho: crescimento e absorção das mulheres chefes de famílias pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (São Paulo e Bahia)*. In: - ANPOCS. Encontro anual, 14. Caxambú, 1990. p.45.
8. LAVINAS, Lena. *Campo e transversalidade: construções para a afirmação científica do gênero*. In: BRUSCHINI, Cristina (org.). In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.10.
9. BRUSCHINI, Cristina. *Uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero*. In: BRUSCHINI, Cristina (org.). In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.31.
10. FONSECA, Cláudia. *Honra, humor e relações de Gênero: um estudo de caso*. In: BRUSCHINI, Cristina (org.). In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.35.
11. SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: BRUSCHINI, Cristina (org.). In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.50.
12. LAVINAS, Lena; CASTRO, Mary Garcia. *Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*. Fonte: In: BRUSCHINI, Cristina (org.). In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.62.
13. LOBO, Elisabeth Souza. *Trabalho como linguagem: o gênero no trabalho*. In: BRUSCHINI, Cristina, org. Fonte: In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.11.
14. HEILBORN, Maria Luiza. *Fazendo gênero: a antropologia da mulher no Brasil*. In: BRUSCHINI, Cristina (org.). In: Fundação Carlos Chagas. Seminário estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas. São Roque, FCC/DPE, 1990. p.46.

1991

1. COSTA, Albertina de Oliveira; BLAY, Eva Alterman (org.). *Gênero e universidade*. Apresentado no Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero; São Paulo, 25 e 26 de mar. 1991.
2. BRUSCHINI, Cristina; SARTI, Cynthia Andersen; SIMONETTI, Cecília. *Gênero em geração de renda*. São Paulo, UNICEF/FENAPE, 1990. 146p. Apresentado no Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero; São Paulo, 25 e 26 de mar. 1991.
3. PAOLI, Maria Célia. *Ciências Humanas, os movimentos sociais e a questão do gênero*. *Novos Estudos CEBRAP*, (31):107-20, out. 1991.
4. MALUF, Sônia Weidner. *Gênero, poder feminino e narrativas de bruxaria*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1991. p.191-212.
5. LOBO, Elisabeth Souza. *Gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)*. *Revista Brasileira de Ciências Humanas*, 6 (17):7-14, out. 1991.
6. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Humanas - ANPOCS. *Sociologia rural, relações de gênero, estruturas familiares, movimentos sociais, ecologia e cidadania, biologia e ciência política, identidade e sincretismo, empresas transnacionais, cultura de empresa, políticas sociais*. São Paulo, Vértice; ANPOCS, 1991. 310p. (Ciências Sociais Hoje, 1991).
7. MACHADO, Lia Zanotta. *Lugar da tradição na modernidade latino-americana: etnicidade e gênero*. *Cadernos de Pesquisa*, (77):35-46, maio 1991.

1992

1. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VALENTIM, Silvani dos Santos. *Organizando para instruir. Coagindo para educar: raça e gênero na educação mineira da Primeira República*. *Teoria e Educação*, (5):149-60, 1992.
2. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Nosotras latinoamericanas: estudos sobre gênero e raça*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992. 86p. Série (Relatório de Eventos) Apresentado no Encontro Latinoamericano sobre Gênero e Raça, 1; São Paulo/Rio de Janeiro, 1992.
3. KOLLER, Silvia Helena et al. *Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8(3):327-339, set./dez. 1992.
4. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma contribuição ímpar: os Cadernos de Pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero*. *Cadernos de Pesquisa*, (80):91-9, fev. 1992.
5. HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro, 1992. 349p. Tese Apresentada a UFRJ. Museu Nacional para obtenção do grau de Doutorado.
6. MARCIA, Sandra Mara. *Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente*. *Estudos Feministas*, 0(0):163-67, 1992.
7. WOORTMANN, Ellen F. *Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades 'pesqueiras' do nordeste*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(18): 41-61, fev. 1992.

8. PRA, Jussara Reis. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. São Paulo, 1992. 263p. Tese Apresentada a Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Doutorado.
9. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. 336p.
10. MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, academia e interdisciplinariedade*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.24-38.
11. HEILBORN, Maria Luíza. *Fazendo gênero? a antropologia da mulher no Brasil*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.93-126.
12. SAFFIOTI, Heleith I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.
13. LOURO, Guacira Lopes. *Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero*. *Teoria e Educação*, (6):53-67, 1992.
14. CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. *Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.216-51.
15. LOBO, Elisabeth Souza. *Trabalho como linguagem: o gênero do trabalho*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.252-65.
16. BRUSCHINI, Cristina. *Uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.289-309.
17. FONSECA, Cláudia. *Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Questão de gênero*. São Paulo, FCC/DPE; Rosa dos Tempos, 1992. p.311-33.

1993

1. BERNARDES, Nara Maria G. *Autonomia x submissão do sujeito e identidade de gênero*. *Cadernos de Pesquisa*, (85):43-53, maio 1993.
2. LIMA, Ludmila Moreira. *Sou o que sou porque sou diferente: repensando o feminino e reavaliando o gênero*. Rio de Janeiro, 1993. 176p. Tese Apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestrado.
3. ROSEMBERG, Fúlvia. *Estudos sobre mulher e relações de gênero*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, FAPESP; Sumaré, 1993. p.205-36.
4. BARBIERI, Teresita de. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife, SOS CORPO, 1993. 19p.
5. ROSEMBERG, Fúlvia. *Subordinação de gênero e alfabetização no Brasil*. *Idéias*, (19): 125-48, 1993.
6. SILVA, Gilda Olinto do Valle. *Reprodução de classe e produção de gênero através da cultura*. Rio de Janeiro, 1993. 126p. Tese Apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Doutorado.
7. HEILBORN, Maria Luiza. *Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada*. *Estudos Feministas*, 1(1):50-82, 1993.

8. KOFES, Maria Suely. *Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações*. Cadernos Pagu, (1):19-30, 1993.
9. PISCITELLI, Adriana Gracia. *Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico*. Cadernos Pagu, (1):149-71, 1993.
10. ABREU, Alice Rangel de P. *Mudança tecnológica e gênero no Brasil: primeiras reflexões*. Novos Estudos CEBRAP, (35):121-32, mar. 1993.
11. CHINCHILLA, Norma Stoltz. *Classe, gênero e soberania na Nicarágua*. Estudos Feministas, 1(2):321-47, 1993.
12. BARBOSA, Regina Helena Simões. *AIDS, gênero e reprodução*. Estudos Feministas, 1(2):418-23, 1993.
13. LIEDKE, Elida Rubini; SILVA, Lorena Holzmann da. *Inovações na organização do processo de trabalho e relações de gênero*. Educação e Sociedade, 14(45):278-96, ago. 1993.
14. AVILA, Maria Betânia. *PAISM: um programa de saúde para o bem estar de gênero*. Recife, SOS CORPO, 1993. 31p.
15. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de et al. *Gênero, saúde e trabalho: a dimensão oculta*. São Paulo, Brasiliense, 1993. 46p.
16. ABREU, Alice Rangel de P; SORJ, Bila. *Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro*. In: ABREU, Alice Rangel de P.; SORJ, Bila (org.) *Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993. p.43-62.

1994

1. MOREIRA, Maria Ignez Costa. *Aspectos psicossociais da gravidez e suas influências na construção de identidade e nas relações de gênero*. Belo Horizonte, 1994. 224p. Tese Apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestrado.
2. SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero no Brasil contemporâneo*. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUNOZ-VARGAS, Mônica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF/NIPAS, 1994. p.151-85.
3. SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Posfácio: conceituando o gênero*. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUNOZ-VARGAS, Mônica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF/NIPAS,
4. DEBERT, Guita Grin. *Gênero e envelhecimento*. Estudos Feministas, 2(3):33-51, 1994.
5. CORREA, Sônia. *Gênero: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas; Relações desiguais de gênero e pobreza*. Recife, SOS Corpo, 1994. 30p.
6. BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo, Marco Zero; FCC/DPE, 1994. 285p. (Coletânea de textos apresentados no VI Concurso de Dotações.)
7. TRIGO, Maria Helena Bueno. *Mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de Gênero*. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo, Marco Zero; FCC/DPE, 1994. p.89-110.
8. ABREU, Alice Rangel de P; JORGE, Angela Filgueiras; SORJ, Bila. *Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990*. Estudos Feministas, (nº especial): 153-78, 2º sem. 94. Notas Texto apresentado no Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade: Brasil, França e Quebec.

9. AZEREDO, Sandra. *Teorizando sobre gênero e relações raciais*. Estudos Feministas, (nº especial): 203-16, 2º sem. 94. Notas Texto apresentado no Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade: Brasil, França e Quebec.
10. SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero no Brasil atual*. Estudos Feministas, (nº especial):443-61, 2º sem. 94. Notas Texto apresentado no Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade: Brasil, França e Quebec.
11. ARRIOLA, Elvia R. *Desigualdades de gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista*. Estudos Feministas, 2 (2):388-427, 1994.
12. ROSEMBERG, Fúlvia. *Educação e gênero no Brasil*. In: Pontífica Universidade Católica de São Paulo. Mulher e educação. São Paulo, EDUC, 1994. p.7-18 (Projeto História, 11).
13. LOPES, Eliane Marta S. T. *Pensar categorias em história da educação e gênero*. In: Pontífica Universidade Católica de São Paulo. Mulher e educação. São Paulo, EDUC, 1994. p.19-30 (Projeto História, 11) .
14. LOURO, Guacira Lopes. *Leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero*. In: Pontífica Universidade Católica de São Paulo. Mulher e educação. São Paulo, EDUC, 1994. p.31-46 (Projeto História, 11).
15. TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. Cadernos Pagu, (3):29-62, 1994.
16. VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott*. Cadernos Pagu, (3):63-84, 1994.
17. LEA, Vanessa Rosemary. *Gênero feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas*. Cadernos Pagu, (3):85-116, 1994.
18. TARDUCCI, Mônica. *"Senhor nos libertou": gênero, família e fundamentalismo*. Cadernos Pagu, (3):143-63, 1994.
19. BRITO, Maria Noemi Castilhos. *Memória política: versões de gênero*. Cadernos Pagu, (3):197-228, 1994.
20. COSTA, Cláudia de Lima. *Leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas*. Cadernos Pagu, (2):141-74, 1994.
21. BESSA, Karla Adriana M. *Crime de sedução e as relações de gênero*. Cadernos Pagu, (2):175-96, 1994.
22. BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti, (org). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo, Loyola, 1994. 206p. Série (Seminários Especiais. Centro João XXIII, 8).
23. VENOSA, Roberto. *Gênero do trabalho emocional*. São Paulo em Perspectiva, 8(1):58-63, jan./mar. 1994.
24. RAGO, Luzia Margareth. *Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930*. Caderno Espaço Feminino, 1(1):5-24, jan./jun. 1994.
25. ANAIS do terceiro encontro da rede regional de núcleos de estudo e pesquisa na área da mulher e relações sociais de gênero. Natal, REDOR; NEPAM; CNPq; CAPES, 1995. 216p. ENCONTRO da Rede Regional de Núcleos de Estudo e Pesquisa na área da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 3; Natal, 3 a 5 de ago. 1994.

Referências Bibliográficas

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. Rio de Janeiro: Nobel, 1986.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos; 20).

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 382-393, 2º sem. 1993.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ano 3, n.2, 2º sem. 1995, pp. 458-463.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e Descriminalização do Aborto no Brasil - 10 Anos de Luta Feminista. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, p. 104-130, 2º sem. 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELOTI, Elena. **Educar para a submissão**: o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1975.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

CASTRO, Hebe. *História Social*, In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 54, p. 5-15, agosto 1985.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 66, pp. 66-69, ago. 1988.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil; ou a estratégia da corda bamba. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ano 2, número especial, p. 401-407, 2º sem., 1994.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FASSIN, Éric. Resistences de Foucault: Politiques de la théorie au miroir transatlantique. In: **L'infréquentable Michel Foucault**: Renouveaux de la pensée critique. Actes du colloque Centre Pompidou, 21-22 juin, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol. 1: vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOLDENBERG, Anette. **Feminismo em regime autoritário**: A experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982, mimeo. (12º Congresso Internacional da IPSA).

GROSSI, Miriam Pillar. **Feministas históricas e novas feministas no Brasil**. (Antropologia em Primeira Mão, n. 28), 1993.

IRIGARAY, Luce. Em A questão do outro. **Labryz: Estudos Feministas**. n.1-2, julho/dez 2002 Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/irigaray1.html>, acessado em 15 de junho de 2003.

LE GOFF, Jacques. As Mentalidades – Uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, P (org.) **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp.68-83.

LOBO, Elizabeth Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**. n.1, vol.1, Porto Alegre; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação, 1997.

MILLET, Kate. **Política sexual**. Madrid: Cátedra, 1995.

NETO, Mariana Moreira. **A Categoria "Gênero"**: considerações acerca de suas variações e validade. <http://www.geocities.com/ptpreview/16-moreiraneto.html>, acessado em janeiro de 2004.

NOTAS, **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.64, fevereiro de 1988.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **O Elogio da diferença**: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**. n.2, Florianópolis: UFSC: Editora Terceiro Milênio, n.2, 1994.

PERROT, Michelle et PAIRRE, Alain (orgs). **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris/Marseille: Rivages, 1984.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História – operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PISCITELLI, Adriana, Gênero em Perspectiva, **Cadernos Pagu**. Campinas, n.11, 1995.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: **Mulher Estudos de Gênero**. Marlene Neves Strey (org.), São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, Feminino, Plural: Gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLIA, Cesar Augusto Barcellos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (orgs.) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 2000.

ROWBOTHAM. S. **Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUBIN, Gayle. **Trafico de Mulheres: notas sobre a “economia política” dos sexo**. Recife: Edição SOS – Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. Emir Sader (org.) São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: **Mulher e relações de Gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação**. no 64, p.38-47. Fev.88.

SCHUMAHER, Maria Aparecida e VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: Álibi ou Conquista? **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 348-365, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e Educação: Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre:, IE/UFRGS, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. (Biblioteca Básica).

SILVA, Maria A. Moraes, SORJ, Bila. O nascimento de uma obra. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, 1º sem, 1995.

SOIHET, Rachel. Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita, **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997.

TELES, Maria Amelia de Almeida. **Breve Historia do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Tudo é historia; 145).

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

VICENTINI, Ana Maria. Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.70, agosto de 1989.

YANNOULAS, Sílvia Cristina. Iguais mas não idênticos. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ano 2, n.1, p.7-16, 1º sem. 1994.